

1 **ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
2 **DO COLIT - CONSELHO**  
3 **TERRITORIAL DE**  
4 **DESENVOLVIMENTO DO LITORAL,**  
5 **REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE**  
6 **2011, PRESIDIDA PELO SR. JONEL**  
7 **NAZARENO IURK - SECRETÁRIO**  
8 **ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E**  
9 **SECRETARIADA PELO SR. MARCO**  
10 **AURÉLIO BUSCH ZILOTTO -**  
11 **SECRETÁRIO EXECUTIVO.**

12 O Sr. Paulo de Araújo (Presidente da Câmara de Vereadores de  
13 Guaratuba):- Quero saudar a Exma. Sra. Prefeita Evani Justus, Prefeita de  
14 Guaratuba, saudando-a saúdo aos prefeitos presentes de Guaraqueçaba,  
15 Paranaguá, Antonina, representante de Morretes e Matinhos, bem como todos os  
16 Vereadores do litoral. Quero falar da minha felicidade em poder estar recebendo  
17 vocês aqui na nossa Casa. Não vou nominar as autoridades, porque isso será feito  
18 pela Mesa. Antes de iniciarmos os trabalhos peço a todos que fiquem em pé em  
19 referência à palavra de Deus.

20 (Faz uma oração - Salmo 127).

21 O Sr. Paulo de Araújo (Presidente da Câmara de Vereadores de  
22 Guaratuba):- Vamos ouvir o Hino Nacional Brasileiro.

23 (É executado o Hino Nacional Brasileiro).

24 O Sr. Paulo de Araújo (Presidente da Câmara de Vereadores de  
25 Guaratuba):- Para dar início aos trabalhos, chamo para fazer parte desta  
26 presidência o Sr. Secretário Jonel Nazareno Iurk.

27 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
28 Nazareno Iurk):- Peço aos Conselheiros que tomem assento em seus lugares.

29 Preliminarmente gostaria de dizer da minha satisfação em estar presente  
30 na cidade de Guaratuba, lugar que já morei, vivi bons momentos da minha  
31 infância, estudei no Colégio Vinte e Nove de Abril e tive hoje oportunidade de  
32 reencontrar amigos que há mais de quarenta anos não nos víamos. Então, para  
33 mim é uma emoção muito grande estar presente no dia de hoje. Cumprimentar os  
34 prefeitos aqui presentes, a todas as autoridades, vereadores, lideranças  
35 comunitárias, Secretário Cássio.

36 Essa reunião não é uma reunião super formal, é uma reunião de trabalho, é  
37 a 60ª Reunião Ordinária do Conselho do Litoral. Então, sessenta reuniões já é um  
38 marco histórico e espero que no dia de hoje consigamos produzir um trabalho

39 que venha ao encontro do interesse da comunidade paranaense e especialmente  
40 da comunidade litorânea do Estado do Paraná.

41 Peço ao Secretário Marco que faça verificação do quórum em relação ao  
42 número de Conselheiros que se fazem presentes para que possamos efetivamente  
43 dar início à nossa reunião.

44 O Sr. Marco Ziliotto (Secretário Executivo):- Boa tarde, Sr. Secretário,  
45 boa tarde a todos, para agilizarmos os nossos trabalhos tendo em vista o nosso  
46 atraso, pedindo desculpas já a todos, fazendo verificação dos presentes estamos  
47 com vinte Conselheiros presentes, portanto, temos quórum para abriremos esta  
48 Sessão oficialmente.

49 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
50 Nazareno Iurk):- Feita a verificação do quórum, vou abrir já, como parte da nossa  
51 pauta, as inscrições para a utilização da Tribuna Livre que se dará mais ao final  
52 da nossa reunião. Então, os Conselheiros que pretendam fazer as suas  
53 manifestações no período da Tribuna Livre podem neste momento fazer as suas  
54 inscrições. Então, abro um espaço de dez minutos para que o Conselheiro que  
55 queira se manifestar na Tribuna Livre possa então fazê-lo ao final da reunião. Os  
56 Conselheiros que queiram se inscrever pode dirigir à Mesa, aqui na frente, para  
57 fazer a inscrição da utilização da Tribuna Livre.

58 Para as pessoas que se fazem presente aqui pela primeira vez numa  
59 reunião do Colit, quero informar que o Conselho Territorial do Desenvolvimento  
60 do Litoral - Colit, é um Conselho que delibera sobre temas como uso e ocupação  
61 do solo urbano da região litorânea, a questão de investimentos, implantações que  
62 podem ocorrer neste espaço territorial, portanto, sendo um fórum bastante  
63 qualificado e com poder de decisão muito significativo em relação aos destinos  
64 dos municípios.

65 Também convalida os Planos Diretores de cada município que obviamente  
66 é aprovado pelas Câmaras Municipais, enfim, realmente é um Conselho que tem  
67 uma importância muito grande e neste momento aproveito exatamente para  
68 cumprimentar as pessoas da comunidade que vieram aqui para conhecer esse tipo  
69 de atividade e se inteirar exercendo, portanto, o que chamamos de cidadania.

70 Encerrado o prazo das inscrições, teremos a leitura e posteriormente a  
71 submissão da Ata da 59ª Reunião Ordinária que ocorreu ao final do ano passado  
72 para a aprovação dos Srs. Conselheiros. Indago aos Srs. Conselheiros se há  
73 necessidade de fazermos a leitura integral do texto da última Ata, da 59ª reunião.  
74 Se for o caso de dispensarmos essa leitura, peço aos Srs. Conselheiros que  
75 permaneçam como estão, os que desejarem que essa leitura seja realizada, por  
76 favor se manifeste. Não havendo a manifestação pela leitura, submeto a

77 aprovação da Ata da 59ª Reunião Ordinária, da mesma forma, do mesmo  
78 procedimento, pedindo que alguém que queira fazer algum reparo, alguma  
79 sugestão que se manifeste, caso contrário daremos por aprovada. Não havendo  
80 manifestação de nenhum Conselheiro aqui presente, declaramos APROVADA a  
81 Ata da 59ª Reunião Ordinária realizada ao final do ano passado. (Palmas).

82 De imediato passamos a outra fase da nossa reunião que é a Ordem do  
83 Dia. Na Ordem do Dia teremos alguns temas bastante relevantes, sendo o  
84 primeiro deles, vou nominar todos e depois começaremos um a um a discussão  
85 de cada um deles. O primeiro tema é a implementação do PDDI - Paranaguá  
86 apresentação das recomendações previstas na relatoria - SEDU. O segundo tema  
87 é a discussão e aprovação do Plano Diretor do Desenvolvimento Integrado de  
88 Guaraqueçaba, cuja relatoria é da Secretaria de Cultura. Na seqüência teremos  
89 uma Palestra da PETROBRAS sobre os “Desafios do Pré-Sal para o Litoral do  
90 Paraná” - é um tema muito importante que tem trazido alguns desafios,  
91 preocupações, oportunidade e que, portanto, devem ser compartilhadas no âmbito  
92 do Conselho. Na seqüência teremos uma Palestra de um representante da  
93 Secretaria Estadual do Meio Ambiente sobre o “Sistema de Monitoramento,  
94 Alerta, Previsão e Mitigação de Eventos Climáticos Críticos” – todos  
95 acompanhamos recentemente o que aconteceu na Serra do Mar e também  
96 envolvendo os municípios de Paranaguá, Morretes, Antonina especialmente. É  
97 um tema que está bastante presente e cuja tendência, com o passar dos anos  
98 termos uma situação cada vez mais grave. E na seqüência a utilização da Tribuna  
99 Livre, que foi objeto agora das inscrições, e depois assuntos gerais e o  
100 encerramento.

101 Peço ao Secretário Executivo, Marco Ziliotto, que coordenasse a primeira  
102 pauta da Ordem do Dia que é a questão do Plano Diretor de Desenvolvimento  
103 Integrado de Paranaguá e as questões das recomendações previstas na relatoria da  
104 SEDU.

105 O Sr. Marco Ziliotto (Secretário Executivo):- Apenas para esclarecer aos  
106 presentes que porventura não estiveram na última reunião do Conselho, que se  
107 deu em Paranaguá, em dezembro de 2010, onde foi submetido, naquela ocasião,  
108 a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de  
109 Paranaguá o qual foi aprovado naquela ocasião e ficaram algumas  
110 recomendações por parte da Secretaria de Desenvolvimento Urbano para que, no  
111 prazo de 180 dias, fossem implementadas essas considerações nas sete leis  
112 oriundas da aprovação do Plano Diretor.

113 Então, passaria a palavra ao prefeito de Paranaguá, José Baka Filho, para  
114 que pudesse fazer uso da palavra.

115 O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá):- Boa tarde a  
116 todos, saudar o nosso Secretário de Estado de Meio Ambiente, Jonel, o Secretário  
117 de Planejamento, Dr. Cássio, todos os Conselheiros, prefeitos, a Prefeita anfitriã,  
118 Evani Justus, obrigado. E imediatamente gostaria de passar a palavra à Arquiteta  
119 Vânia que vai fazer a apresentação das implementações. Já entregamos todo o  
120 material à Secretaria do Conselho, já está entregue, mas apenas para que ela faça  
121 a explanação.

122 A Sra. Vânia Pessoa Rodrigues Foes (Arquiteta):- Boa tarde a todos.  
123 Trouxemos uma rápida explanação daquilo que entregamos oficialmente ao  
124 Conselho, atendendo as recomendações da relatoria da SEDU.

125 Das recomendações, a primeira delas é que deveríamos implantar a Lei do  
126 Direito de Preempção, uma lei que já estava prevista em nosso Plano Diretor e  
127 hoje trouxemos a Minuta onde estabelecemos os critérios, as áreas onde a  
128 prefeitura vai exercer o seu direito de preempção. Essas áreas contemplaram as  
129 imediações de todas as escolas, postos de saúde, CRAS, CREAS, creches, os  
130 parques municipais, os parques a serem implantados e também as áreas  
131 destinadas a habitação no interesse social, preferencialmente as ZEIS e algumas  
132 delas que ainda não estão determinadas como ZEIS, mas que possivelmente  
133 serão as áreas destinadas à habitação no interesse social. Então, isso está contido  
134 nessa lei, que estamos apresentando a Minuta, para posteriormente enviar à  
135 Câmara Municipal.

136 Quanto ao Mapa de Zoneamento deveríamos fazer uma atualização, após a  
137 aprovação da Lei 112/2009, que já foi uma lei resultante de todo esse trabalho  
138 feito com o Colit e com a SEDU. Então, vamos mostrar esse mapa e também  
139 trouxemos para a entrega ao Colit.

140 O Mapa dos Setores Especiais de Adensamento também carecia de uma  
141 atualização, porque a forma como as ruas estavam definidas no texto da lei não  
142 coincidia com o mapa. Então, fizemos algumas alterações no mapa para que  
143 houvesse uma sincronia.

144 Uma quarta indicação seria uma Comissão da SEMA, IAP, ITCG e  
145 Prefeitura para que passássemos aos proprietários de áreas da zona de  
146 restrição/ocupação tudo aquilo que é necessário que eles façam para preservar de  
147 forma a ter um rendimento ou de manter intacta a sua área sem prejuízo ao  
148 proprietário. Então, incluindo o SISLEG e toda a determinação estadual também  
149 do sistema de monitoramento da área de preservação.

150 Então, viemos hoje apresentar uma proposta de formação desta comissão,  
151 talvez pudéssemos tirar daqui já hoje os representantes, e essa Comissão teria a  
152 função de sair com uma carta, digamos assim, conjunta a esses proprietários e a

153 prefeitura, então, faria a identificação deles e mandaria essa carta com essas  
154 recomendações.

155 Tínhamos também a Lei das Operações Urbanas Consorciadas, Mapa das  
156 Ciclovias, Ciclofaixas, Manual de Conduta de Ciclistas nas recomendações que  
157 viemos hoje pedir um novo prazo para apresentação desse restante de leis.

158 Também na Lei de Parcelamento do Solo/Código de Posturas temos que  
159 regulamentar os condomínios horizontais e ocupação de calçadas. Então, esses  
160 dois últimos itens, o cinco e o seis, viemos pedir mais um prazo de 180 dias para  
161 entregar. Na lei de zoneamento de uso e ocupação de solo incluímos algumas  
162 zonas, zonas de restrição à ocupação, principalmente nos dois lados da BR-277.  
163 Então, chegando a Paranaguá, uma faixa de 100m, além da faixa de domínio da  
164 BR-277, implementamos uma zona de restrição à ocupação, atrás dela uma zona  
165 de comércio e serviços do lado direito de quem chega a Paranaguá e do lado  
166 esquerdo trouxemos à zona de desenvolvimento econômico até os limites do  
167 município com Morretes.

168 Esse é o novo mapa de zoneamento que na ocasião da Lei 112/2009 não  
169 anexamos e estamos trazendo hoje o mapa já alterado com a criação também da  
170 zona de consolidação e expansão urbana três. Essa é a faixa ao longo da Rod.  
171 BR-277, essa faixa verde que entra na rodovia 508 e na rodovia 407. Essa é a  
172 rodovia proposta no nosso Plano Diretor, logo embaixo da linha de alta tensão, e  
173 com essa linha transferiríamos todo o tráfego da PR-407 para cá, porque temos  
174 problemas urbanos de tráfego de crianças, de trânsito, de pedestres nesta rodovia  
175 e com isso essa zona verde também se estende 50m ao longo desta nova rodovia  
176 PR-407. Além disso a zona de comércio e serviço 300m ao lado direito da BR e a  
177 zona de desenvolvimento econômico se estendendo até o limite com o município.  
178 Essas foram as alterações no zoneamento e que agora compatibilizamos o mapa  
179 com a lei.

180 No setor especial de adensamento também uma compatibilização, então  
181 esse é o novo mapa dos setores de adensamento um, dois e três que são as ruas  
182 onde podemos fazer prédios de quatro, seis, oito, dez, doze pavimentos de acordo  
183 também com a compra do potencial construtivo ou outorga onerosa do direito de  
184 construir. No mapa anterior tínhamos só a delimitação das ruas, aqui já estão  
185 jogados os limites de 40m para cada lado do setor de adensamento que  
186 correspondente a área de influência desse setor. Então, já não é mais uma linha, é  
187 uma faixa de 40m ao longo de todas as ruas, onde o setor de adensamento existe.

188 Como tinha dito no início, nós hoje viemos pedir mais 180 dias para  
189 apresentar o mapa das ciclovias, ciclofaixas com a listagem das ruas. As  
190 ciclofaixas e as ciclovias já estão contidas no nosso Plano Diretor em todas as

191 vias arteriais e estruturais, porém, como já estamos implantando algumas  
192 ciclovias notamos a necessidade de adequar, talvez não sejam todas as arteriais,  
193 talvez não sejam todas as estruturais, talvez tenhamos que incluir algumas vias  
194 coletoras também como vias passíveis de receber ciclovias e importantes para o  
195 município. Então, hoje já temos ciclovias existentes na Bento Munhoz da Rocha  
196 Neto que é uma linha de ligação Leste/Oeste, vamos dizer assim, da cidade muito  
197 importante e na Avenida Roque Vernalha, que seria Norte/Sul. Essas são as duas  
198 de ligação mais importantes da cidade. Temos ainda na Rua Domingos Peneda,  
199 na Bento Rocha, na PR-407 e na Avenida Ayrton Senna. Então, essas já estão  
200 implantadas, são vias que já existem, onde já existem ciclovias, mas estamos  
201 trabalhando no projeto com a implantação dessas, mas temos a necessidade de  
202 rever o projeto como um todo.

203         Aqui temos um mapa dessas ciclovias que já estão implantadas e também  
204 neste mapa temos as projetadas, temos uma ciclovias sendo discutida com a ALL  
205 ao longo da linha férrea e temos um Plano de Mobilidade do Centro Histórico de  
206 Paranaguá onde a ciclovias é um elemento importante, está sendo discutida em  
207 algumas audiências públicas com a população e feito em parceria com o IPHAN.

208         Aqui são exemplos de algumas ciclovias projetadas e propostas, neste caso  
209 na Rua Nestor Vitor; a Rua Tufi Maron também, que é essa que eu falei ao longo  
210 da rede ferroviária; no Centro Histórico o Plano de Mobilidade que também está  
211 sendo discutido, já quase terminando, onde temos vias de pedestres, retiradas de  
212 carros do centro, as ciclovias, enfim, de carros no sentido de estacionamento, os  
213 carros continuam a circular, mas já não estacionariam no miolo do nosso Centro  
214 Histórico.

215         Vejam, temos trabalhado bastante nestes projetos e quando pedimos 180  
216 dias na verdade muitas dessas leis já estão sendo discutidas há algum tempo,  
217 então estamos finalizando. O prefeito diz que é preguiça da gente, que 180 dias é  
218 demais, que podia ser 90, mas é que tem tanto projeto saindo, o Plano de  
219 Mobilidade entrou na nossa vida no meio desses 180 dias e é uma prioridade para  
220 o município. Então, temos algumas prioridades que vão se somando àquelas  
221 ideias do Plano Diretor e o importante é que a equipe do Plano Diretor se  
222 mantém no município desde 2007, e desde 2005 quando a gente iniciou, não é  
223 um processo segmentado, é um processo que vem agregando outros  
224 profissionais, temos pedido bastante ajuda, o Carlos da SEDU tem nos ajudado  
225 bastante com exemplos de outras legislações, de outras cidades que estamos  
226 adaptando. É isso.

227         O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá):- Vânia, queria  
228 pedir para você voltar ao slide onde aparece a Avenida das Torres, para fazer

229 uma defesa aqui porque vamos precisar muito do apoio do Governo do Estado.

230 A BR-277, caminho dos caminhões, seguem até o porto que é a Zona  
231 Especial Portuária, que é a ZEP. Então, os caminhões cortam a cidade no sentido  
232 longitudinal e a BR-277 recebe o fluxo que vem para a cidade de Paranaguá, para  
233 o porto e para as praias. Então, é essa hoje a PR-407 que liga Paranaguá à Praia  
234 de Leste e antes temos a 508, que é Alexandra/Matinhos. Vocês podem ver que  
235 ali têm os bairros que já estão cortando a PR-407, então temos muito conflito na  
236 época de temporada com atropelamentos. Essa via passa a ter um sentido único.  
237 Então, temos um pedido junto à Secretaria de Estado do Transporte, agora  
238 Logística, para nos ajudar a executar a Avenida das Torres. Essa avenida aí que  
239 seria o limite da área urbana, do perímetro urbano do município de Paranaguá, já  
240 existem as torres da Copel, as linhas de alta tensão, então já está desmatada,  
241 então não precisaria haver nenhum outro desmate, tiraria o trânsito da 407 que  
242 hoje conflita com a área urbana da cidade e passaria ser essa uma via urbana,  
243 desviando todo o trânsito das praias para cá e não conflitando também com o  
244 trânsito de caminhões que chega ao porto, que se destina ao porto.

245 E aí a Concessionária Ecovia teria obrigação de executar, porque faz parte  
246 do programa de investimentos da Ecovia e agora isso está sendo até reestudado,  
247 Secretários, e poderia até ser uma das cláusulas colocadas nessa discussão,  
248 porque ela teria que duplicar a 407 nesse trecho de Paranaguá até o Rio  
249 Emboguaçu. Então, dispensaria essa duplicação e executaria esse novo traçado  
250 que disciplinaria o trânsito, eliminaria os conflitos e até segregaria o que é  
251 trânsito para a praia, o que é trânsito para Paranaguá e o que é destinado ao porto.

252 É apenas essa consideração, porque vamos precisar do apoio do Estado na  
253 execução dessa proposta já aprovada aqui e que é muito importante para a cidade  
254 de Paranaguá e para as pessoas, para todas aquelas pessoas que moram  
255 principalmente naqueles bairros ali limítrofes da PR-407.

256 A Sra. Vânia Pessoa Rodrigues Foes (Arquiteta):- Prefeito, só  
257 continuando, no nosso Plano Diretor propusemos que houvesse um aeroporto de  
258 carga nessa situação que também poderia ser um apoio ao Aeroporto  
259 Internacional Afonso Pena e também desviaria o tráfego por essa nova PR.

260 O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá):- Bem  
261 lembrado, Vânia. Na base da Avenida das Torres tínhamos uma área e a  
262 prefeitura já desapropriou uma área bem ali de dois milhões de metros quadrados  
263 e está disposta a doar para o Estado ou para o Governo Federal para que seja  
264 destinada a construção desse terminal aéreo de carga, até porque o aeroporto hoje  
265 está dentro da cidade, tem 1300 metros, não é o suficiente para grandes aviões,  
266 não é iluminado, não é homologado para vôo noturno. Então, para a cidade seria

267 importante ganhar essa área e por isso doaríamos essa outra área, até para se  
268 fazer uma permuta, ficaríamos com aquela e doaríamos essa aqui embaixo.

269 E outra questão que acho que temos que incluir também, Vânia, estudar, é  
270 a questão do aquário. O aquário está praticamente pronto e vai gerar um fluxo  
271 interno na cidade muito grande e as áreas em volta do estacionamento temos que  
272 contemplar, então estamos em vias de tê-lo pronto, tem que estar no Plano  
273 Diretor, porque não estava, por ser um grande equipamento turístico. Então, com  
274 certeza haverá um grande fluxo de veículos para essa área também. O aquário  
275 bem no Centro Histórico, é na área mais nobre do centro da cidade, em frente ao  
276 Rio Itiberê, nos fundos do Colégio dos Jesuítas, uma área com todas essas  
277 indicações.

278 A Sra. Vânia Pessoa Rodrigues Foes (Arquiteta):- Algumas considerações  
279 mais que foram feitas de alguns artigos, de algumas coordenadas que não  
280 estavam corretas no perímetro urbano estão todas explicadas e também tem a  
281 Minuta de Lei que altera o artigo para que possamos deixar correto o texto do  
282 plano.

283 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
284 Nazareno Iurk):- Registrada a participação do município de Paranaguá, que  
285 apresentou o cumprimento das recomendações previstas na relatoria da SEDU,  
286 submeto à apreciação dos Srs. Conselheiros uma sugestão e uma solicitação da  
287 prefeitura do município de Paranaguá. A sugestão da formação da Comissão  
288 entre representantes da Sema, IAP, ITCG e prefeitura para elaboração de  
289 correspondência conjuntas aos proprietários dos imóveis que integram as zonas  
290 de restrição, para que averbem as áreas de reservas legais, o sistema estadual de  
291 manutenção, sistema SISLEG, conforme recomendações da relatoria. Então,  
292 submeto à apreciação dos Srs. Conselheiros essa sugestão. Não havendo  
293 manifestação, indago se todos aprovam e aí será formada essa Comissão para que  
294 o envio das correspondências. Não havendo manifestações, considero  
295 APROVADA a sugestão e faremos a constituição da Comissão.

296 O segundo pleito é uma solicitação de prazo de mais de 180 dias, a partir  
297 desta data, para que se apresente a Lei de Operações Urbanas Consorciadas, as  
298 Complementações na Lei do Sistema Cicloviário e Conduta do Ciclista bem  
299 como o atendimento das recomendações quanto ao Parcelamento no Solo Urbano  
300 e Código de Postura. Submeto à apreciação dos senhores, não havendo discussão  
301 submeto à votação. APROVADAS, portanto, a solicitação do município de  
302 Paranaguá e a sugestão da formação da Comissão.

303 Com a palavra o Conselheiro e Secretário Estadual de Planejamento  
304 Cássio Taniguchi.



305 O Sr. Conselheiro Cássio Taniguchi (SEPL):- Primeiro queria  
306 cumprimentar a equipe que elaborou o Plano Diretor de Paranaguá, a questão da  
307 ciclovía finalmente passa a ter uma importância fundamental na cidade de  
308 Paranaguá, acho muito bom. Agora na questão de mobilidade não sei se haverá  
309 na sequência, como define o Estatuto da Cidade, também um plano de  
310 mobilidade específico onde se contemplaria a questão do transporte público,  
311 evidentemente uma ciclovía também, as áreas de pedestre. Essa é uma dúvida  
312 que ficou, não vi nada em relação ao transporte público, principalmente nas áreas  
313 que serão agora objeto de adensamento e conseqüentemente de operação urbana,  
314 onde se fará a cobrança do direito de construir. O que significa também ao  
315 Prefeito Baka uma receita adicional muito boa.

316 Então, acredito que era fundamental, nessas áreas de adensamento  
317 também, serem contempladas com o transporte público.

318 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
319 Nazareno Iurk):- Com a palavra o Prefeito Baka.

320 O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá):- Queria  
321 chamar o Juliano para prestar os nossos esclarecimentos.

322 O Sr. Juliano Bueno de Araújo (Engenheiro e Assessor da prefeitura de  
323 Paranaguá):- Boa tarde a todos. A prefeitura municipal de Paranaguá iniciou já  
324 há 60 dias o início dos trabalhos para a realização do Plano Diretor Municipal de  
325 Mobilidade, Secretário Cássio Taniguchi, que se adequa plenamente ao Estatuto  
326 da Cidade e cria um amplo avanço na questão de mobilidade, inclusive um em  
327 especial na Ilha dos Valadares que é a contemplação de um plano aquaviário, que  
328 seria uma grande inovação ao litoral, uma grande inovação à cidade de  
329 Paranaguá, entre eles um plano de transporte elétrico de minibondes dentro da  
330 ilha que está passando hoje por um processo de regularização fundiária. Então,  
331 em breve estaremos encaminhando um convite especial à Secretaria na  
332 apresentação desse trabalho, não só o avanço que o município está propondo. Era  
333 só isso. Obrigado.

334 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
335 Nazareno Iurk):- Encerrada a questão do município de Paranaguá, passamos ao  
336 outro tema da nossa Ordem do Dia que é a discussão e aprovação do Plano  
337 Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Guaraqueçaba, cuja  
338 relatoria ficou ao encargo da Secretaria da Cultura.

339 Com a palavra o Sr. Riad.

340 O Sr. Conselheiro Riad Said Zahoui (Prefeito de Guaraqueçaba):- Sr.  
341 Presidente do Colit, Sr. Jonel Iurk, saudando-o saúdo todos os Secretários do  
342 Governo presentes, meus colegas prefeitos, Srs. Vereadores, Srs. Conselheiros,

343 senhoras e senhores, boa tarde. É com muita satisfação que estamos aqui  
344 participando desta reunião para que possamos definir o nosso Plano Diretor.  
345 Estamos aproximadamente há três anos discutindo o Plano Diretor de  
346 Guaraqueçaba e essa equipe que está integrada no Governo tenho certeza que  
347 fará o máximo possível para que possamos aprovar este plano que muito  
348 Guaraqueçaba precisa, porque sem o plano seria impossível, não só  
349 Guaraqueçaba mas qualquer cidade, se desenvolver dignamente e de forma  
350 planejada.

351 Portanto, quero convocar minha Secretária de Planejamento, Dra.  
352 Zulmara, para fazer a explanação.

353 A Sra. Zulmara Maganhotto (SEPL de Guaraqueçaba):- Boa tarde a todos,  
354 sou a Secretária de Planejamento do projeto do município de Guaraqueçaba e  
355 vou apresentar algumas sugestões que foram sugeridas pela Secretaria de Estado  
356 da Cultura, sugerindo algumas alterações nas leis do nosso plano. O Plano  
357 Diretor de Guaraqueçaba é basicamente constituído de oito leis: do Plano, do  
358 Macro zoneamento, perímetro urbano, zoneamento, sistema viário, parcelamento  
359 do solo, Código de Obras e o Código de Postura.

360 O plano foi elaborado pela empresa Vertrag juntamente com a SEDU. Por  
361 esse motivo a Secretaria de Estado da Cultura ficou como revisora do mesmo. A  
362 Secretaria de Estado da Cultura fez duas avaliações desse plano. A primeira em  
363 março de 2007 e a segunda em dezembro de 2010. O município atendeu a todas  
364 as sugestões das duas avaliações feitas pela Cultura. Essas avaliações foram  
365 feitas nas seguintes leis: na Lei do Plano, que foram oito artigos alterados e com  
366 o pedido da inclusão de algumas palavras no texto: no Artigo 26; no Artigo 27, e  
367 as palavras em amarelo são as alterações; no Artigo 28, incluindo “comunidades  
368 tradicionais e medicinas populares”; o Artigo 30 foi modificado pelo município  
369 para incluir “vigilância monitorada”; o Artigo 32, a pedido da Secretaria da  
370 Cultura, para incluir o “arqueológico”; o Artigo 34, incluindo “esportes  
371 náuticos”; o Artigo 37, incluindo mais dois incisos que são “estimular a  
372 utilização de energia e tecnologias alternativas e estimular a reutilização de água  
373 da chuva no caso de equipamento de grande porte, através da utilização de  
374 cisternas para armazenamento”; Parágrafo Único, do Artigo 51, que foi incluído  
375 “deverá constar no Código Tributário “incentivos para preservação e/ou proteção  
376 ambiental e cultural”; Artigo 75, que foi só uma alteração do número de dias que  
377 não estava batendo com o próximo artigo.

378 Na Lei de Macrozoneamento foram dois artigos alterados, incluindo a  
379 palavra “remoção” da população nas áreas de Zonas Especiais de Interesse  
380 Social, no caso de regularização fundiária; n Artigo 9º que foi incluída a palavra

381 “tombamento”. Na Lei de Sistema Viário foi só um artigo alterado na inclusão de  
382 “sistema de infraestrutura subterrânea”. Na Lei de Parcelamento do Solo dois  
383 artigos alterados, o Inciso III, do Artigo 6º, incluindo “serviços subterrâneos”, e o  
384 Inciso IAP, do Artigo 9º, foi só uma alteração da indicação do artigo que estava  
385 incorreto. Na Lei do Código de Obras três artigos alterados e apenas um  
386 solicitado pela Cultura, que era cópia heliográfica e foi substituída por “cópia  
387 impressa”. No Inciso I, do Artigo 4º desta lei, foi alterada a metragem quadrada  
388 de 20 para 15 metros quadrados e no Artigo 9º também uma indicação de um  
389 artigo que estava incorreto.

390 Na Lei do Código de Posturas, são sete artigos alterados e apenas seis  
391 solicitados pela Cultura. Então, a inclusão da palavra “Cultura” no Artigo 1º; no  
392 Artigo 22 a inclusão de “artístico e cultural”; no Inciso IAP, do Artigo 31, a  
393 substituição por “embalagens apropriadas” no acondicionamento do lixo; o  
394 Parágrafo Único, do Artigo 41, foi incluída a “retirada das chaminés” nos casos  
395 que fossem necessários; no Artigo 77 onde falava dos animais sinantrópicos foi  
396 usada erroneamente a palavra “extermínio” - então foi pedida essa alteração, e  
397 trocou-se a palavra extermínio por “fazer o controle desses animais”; no Inciso I  
398 também fazendo essa troca de “extermínio” por “proceder ao seu controle” e no  
399 Inciso II a mesma coisa; alterados os Artigos do 80 ao 85 e seus respectivos  
400 parágrafos da Seção VI que trata dos inflamáveis e explosivos - essa Seção foi  
401 toda reestruturada; Artigo 88 foi alterado pelo município que fala de telefonia  
402 celular e foi incluído o Projeto da Cidade Digital e equipamento afins. Eram  
403 essas as nossas colocações. Muito obrigada.

404 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
405 Nazareno Iurk):- Após a apresentação do município de Guaraqueçaba, passo a  
406 palavra ao relator da Secretaria de Cultura, ao Conselheiro representante da  
407 Secretaria da Cultura.

408 O Sr. Conselheiro Almir Pontes Filho (SEEC):- Sr. Presidente, Secretários  
409 aqui presentes, Prefeitos, senhoras e senhores. Somos da coordenadoria do  
410 patrimônio cultural, estamos representando o Sr. Secretário da Cultura e até o  
411 momento, avaliando todo o plano de Guaraqueçaba, chegamos nesse momento,  
412 depois de tanto discutir sobre o plano de Guaraqueçaba, acho que está mais do  
413 que não hora de aprová-lo. E tive o dever de passar por essas sugestões feitas em  
414 2007 por um profissional da Secretaria da Cultura que colocou dezenove pontos  
415 aqui elencados para correções, não só correções como acrescentar alguns pontos  
416 importantes, principalmente ligados a área da Cultura.

417 Guaraqueçaba é um polo super importante visto a quantidade de sítios  
418 arqueológicos que se tem em toda a área do município de Guaraqueçaba. Em

419 todo o litoral, mas Guaraqueçaba tem um especial, tem um levantamento,  
420 inclusive fiz parte desse levantamento de sítios arqueológicos em toda a baía de  
421 Guaraqueçaba. Então, são mais de trezentos sítios cadastrados pelo IPHAN entre  
422 sambaquis e ruínas de construção civil do Século XIX, um potencial que está  
423 para ser utilizado, usado para educação, para turismo. Então, é um potencial  
424 fantástico que dá para trabalharmos e, como o Prefeito levantou, está mais do que  
425 na hora que esse plano venha a se consolidar e implementar de uma forma  
426 concisa.

427 Avaliando os dezenove pontos, só fiz duas sugestões, uma que ficou  
428 faltando acrescentar, que inclusive já passamos oficialmente para a prefeitura,  
429 conversamos muito com a Zulmara – Secretária de Planejamento, e sobre esses  
430 dois pontos. Um deles era acrescentar naquela questão que coloca o  
431 deslocamento de pessoas, de áreas ambientais. É o acréscimo de quando você  
432 remove pessoas de áreas de importância de proteção também se tem que remover  
433 os imóveis construídos irregularmente. É só um ponto que estava nas sugestões  
434 anteriores e que só foi sugerida para regularizar esse ponto.

435 E o outro está no Artigo 51 em que consta a questão de incentivos  
436 tributários para a questão de preservação ambiental e cultural. E foi colocado na  
437 lei que regularizou a situação o termo “deverá constar no Código Tributário  
438 incentivo de preservação de proteção ambiental e cultural”. Avaliando essa  
439 situação, conversamos com a Secretária e com outras pessoas da questão cultural  
440 e ligadas à questão de incentivo, nós modificamos um pouquinho a grafia dessa  
441 leitura. Como sugestão, fica para discussão e aprovação aqui, ficaria no  
442 Parágrafo Único, desse Artigo 51, ao invés de “deverá constar”, estaria assim:  
443 “Lei municipal específica, considerar estímulos fiscais para patrimônio particular  
444 onde incidir preservação e/ou proteção ambiental e cultural”. Com relação à  
445 questão de lei municipal enfocando a questão do incentivo cultural dá uma  
446 abertura maior de se discutir mais amplamente a questão do incentivo e para  
447 onde vamos carrear certos incentivos, visto que acho que é um ponto  
448 fundamental e importante, inclusive para projetos venham ter a colaboração do  
449 Estado, inclusive do Governo Federal, Guaraqueçaba tem parques federais,  
450 temos áreas estaduais de proteção, temos questões municipais que podem se  
451 integrar dentro de projetos e essas leis municipais poderão ser mais amplas e  
452 mais específicas. Essa é nossa sugestão. Mais uma sugestão que coloco aqui, aí  
453 conversando com o Dr. Marco Ziliotto, que poderíamos inicialmente propor a  
454 aprovação do plano colocando um prazo para essas duas alterações, caso ficar  
455 aprovado essas alterações que são simples, mas fica aberta à discussão.

456 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel

457 Nazareno Iurk):- O relatório do representante da Secretaria da Cultura encaminha  
458 pela aprovação do Plano Diretor com duas recomendações agregadas, a primeira  
459 que enfatize a necessidade de previsão na lei do plano da adoção de estímulos  
460 fiscais para as iniciativas voltadas à proteção ambiental e cultural e a segunda  
461 que se faça a revisão do Artigo 77, do Código de Posturas, à luz da legislação  
462 ambiental vigente. Esse é o encaminhamento do relator. Ou seja, pela aprovação  
463 do plano com esses dois ajustes.

464 O Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro (UFPR Litoral):- Boa tarde a todos os  
465 presentes, tenho algumas solicitações porque na documentação enviada via e-  
466 mail e na apresentação de hoje não foram verificados alguns pontos importantes  
467 como, por exemplo, o ponto dos instrumentos de regularização fundiária e  
468 critérios para gravames de ZEIS. Tanto a regularização fundiária em áreas  
469 públicas, federais, estaduais e/ou municipais, como a regularização fundiária em  
470 áreas particulares. E também o Conselho Municipal de Gestão do Plano Diretor,  
471 inclusive não vi nem nessa apresentação e, como comecei a participar do Colit  
472 em dezembro, também não vi na apresentação do plano anterior do município de  
473 Paranaguá.

474 Essa é a solicitação que eu faço, não sei se existe em algum local esses  
475 itens, se não existir de antemão estou fazendo uma proposta que se inclua algum  
476 estudo para que esses capítulos tão importantes sejam anexados. E tenho uma  
477 observação em relação ao Artigo 4º no item da remoção. No Parágrafo Único, do  
478 Artigo 4º : “Parágrafo único - Fica estabelecida a Zona Especial de Interesse  
479 Social em toda a extensão da Zona de Ocupação, visando a promoção da  
480 regularização fundiária, ou relocação/remoção da população quando avaliado  
481 como necessário pelo órgão responsável.” Solicito que essa relocação ou  
482 remoção seja tratada de uma forma mais ampla num processo de gestão  
483 democrática pelo Conselho Municipal e não apenas pelo “órgão responsável”,  
484 porque pode haver a interpretação de uma sobreposição administrativa: “Qual o  
485 órgão responsável? Estadual, federal ou ambiental, ou municipal de  
486 desenvolvimento urbano?” Então, se torna um tema muito complexo e a remoção  
487 e a relocação da população é algo extremamente delicado que devemos pensar  
488 com muito cuidado. Essa é a observação que eu faço.

489 E também, e vale para todo o tema do Plano Diretor, os instrumentos de  
490 cumprimento da função social da propriedade da cidade é importante um capítulo  
491 específico, que é do Estatuto da Cidade, que contempla o IPTU progressivo no  
492 tempo, a notificação para desapropriação ou para edificação ou para urbanização  
493 compulsórios. E aí concordo plenamente com o relator na parte da isenção, mas  
494 gostaria que fossem tratados de forma diferente, ou seja, a regressividade do

495 imposto para fins de preservação do patrimônio cultural ou ambiental, que fosse  
496 um tema tratado a parte. E o IPTU progressivo no tempo fosse um tema tratado  
497 como um instrumento de cumprimento da função social da propriedade. Não  
498 misturemos os instrumentos, até porque o IPTU progressivo no tempo é  
499 extrafiscal. Obrigado.

500 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
501 Nazareno Iurk):- Indago da representante técnica do município de Guaraqueçaba  
502 a sua manifestação.

503 A Sra. Zulmara Maganhotto (SEPL de Guaraqueçaba):- Quanto às ZEIS -  
504 Zonas Especiais de Interesse Social, existe dentro do plano, das leis, é definido  
505 uma base desta lei, mas não foi criada ainda a lei específica de ZEIS e nem foram  
506 determinadas quais seriam essas áreas de ZEIS dentro do município. O Conselho  
507 Municipal de Desenvolvimento Integrado já está formado desde 2009, é  
508 composto por trinta pessoas, quinze titulares e quinze suplentes e sou a  
509 Presidente deste Conselho.

510 A sugestão da Secretaria de Cultura, que Sr. Almir nos passou a sugestão  
511 deles, que foi colocado só relocação e remoção da população e o pedido da  
512 Cultura seria a inclusão os imóveis irregulares, não só a população mas que os  
513 imóveis também fossem relocados dessas áreas. A princípio isso seria uma  
514 avaliação, não sei bem se foi determinado de qual órgão responsável em  
515 determinar quais seriam essas áreas. Não sei se o município, se o Ibama, o IAP,  
516 porque essas remoções são em áreas ou de riscos de desabamentos, enchentes e  
517 problemas ambientais. Então, acredito que envolveria o IAP e o Ibama, porque  
518 em Guaraqueçaba estamos muito ligados nessa área de meio ambiente. Então,  
519 tudo depende do IAP e do Ibama também.

520 O Sr. Conselheiro Almir Pontes Filho (SEEC):- Zulmara, você falou que  
521 as ZEIS serão regulamentadas.

522 A Sra. Zulmara Maganhotto (SEPL de Guaraqueçaba):- Tem algumas  
523 áreas determinadas nos mapas do plano, nas ilhas principalmente, as áreas de  
524 ocupação são predefinidas como áreas de ZEIS nas ilhas pelo plano e dentro da  
525 Sede ainda não estão bem especificadas essas áreas. Essa lei teria que ser melhor  
526 trabalhada.

527 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
528 Nazareno Iurk):- Ainda na fase de discussões, houve uma solicitação de  
529 intervenção do representante de Paranaguá, Prefeito Baka.

530 O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Paranaguá):- Temos o  
531 Conselho Municipal dentro da Secretaria de Urbanismo e temos o Conselho  
532 Especial do Plano Diretor e isso já desde 2005 funciona, só para esclarecer ao

533 representante da UFPR, estão na página da prefeitura as datas e as atas da  
534 reuniões e os Conselheiros que fazem parte.

535 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
536 Nazareno Iurk):- Para encaminhamento da discussão, indago ao representante da  
537 Universidade se restou alguma dúvida e se na dúvida surge alguma proposta que  
538 você queira fazer objetivamente para submetermos ao plenário.

539 O Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro (UFPR Litoral):- Só reforço a  
540 necessidade de se elaborar melhor esse estudo e contemplar os instrumentos de  
541 regularização fundiária, gravame de ZEIS, o usucapião coletivo, usucapião com  
542 cessão do direito de uso, nas ilhas, nas áreas ribeirinhas, nas áreas urbanas,  
543 contemplando a totalidade do território municipal. Então, isso é um capítulo  
544 importantíssimo. E esse Artigo 4º reforço o pedido que seja feita alteração da  
545 redação, retirando as palavras relocação e remoção. Se possível as duas últimas  
546 linhas poderiam ser retiradas, porque esse é um tema que requer estudos, requer  
547 participação, debate nos Conselhos, não pode fixar a critério de um órgão  
548 responsável definir a remoção e a relocação. Reforço o meu pedido.

549 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
550 Nazareno Iurk):- Para termos uma clareza absoluta dos Conselheiros, peço  
551 novamente ao representante da Universidade, para fazermos de forma ordenada e  
552 para que fique no entendimento pleno de todos.

553 A primeira sugestão que você faz é que se incorpore na relatoria da  
554 Secretaria da Cultura mais um item, além dos dois que estão presentes aqui.  
555 Porque temos um relatório que encaminha para a aprovação do Plano Diretor de  
556 Guaraqueçaba com duas sugestões e você sugere que incorporemos a esse  
557 relatório mais duas sugestões. Quais são elas, eu pediria novamente a gentileza  
558 de repetir pausadamente para que possamos todos entender com bastante clareza  
559 quais são as sugestões.

560 O Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro (UFPR Litoral):- A primeira é a  
561 inclusão de um capítulo da regularização fundiária e a segunda é a modificação  
562 do texto do Parágrafo Único do Artigo 4º com a exclusão das duas últimas linhas.

563 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
564 Nazareno Iurk):- Indago ao relator que possa fazer algum comentário sobre a  
565 proposta inicial, antes de submeter ao plenário para votação.

566 O Sr. Conselheiro Almir Pontes Filho (SEEC):- Considero importante  
567 essas observações. A questão de Zonas Especiais de Interesse Social e essa  
568 ligação com a população é uma coisa realmente muito delicada. Agora, não sei se  
569 retirar essas duas linhas ou talvez alterar a redação do Parágrafo Único, porque  
570 não sei qual foi o objetivo da pessoa que fez em 2007 a redação de alteração

571 desse ponto. Mas vejo que talvez não haja problema nenhum, dá para fazer uma  
572 alteração sem modificar o teor em si. Quando se remove uma população do local  
573 que está em desacordo, conseqüentemente teremos uma remoção do que foi  
574 construído até para restaurar aquele ambiente que foi colocado de importância.  
575 Então, não vejo problema no Parágrafo Único do Artigo 4º.

576 Agora, com relação a um capítulo de regularização fundiária aí vejo que  
577 talvez extrapole a minha relatoria, teria que ir para plenário e ver como  
578 conduzimos isso.

579 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
580 Nazareno Iurk):- Temos a solicitação do Conselheiro Cássio Taniguchi para se  
581 manifestar.

582 O Sr. Conselheiro Cássio Taniguchi (SEPL):- Inicialmente queria dizer  
583 que muitas vezes, como aconteceu por exemplo nessa última catástrofe aqui no  
584 litoral em que as pessoas se ocuparam principalmente de áreas extremamente  
585 delicadas do ponto de vista ambiental, em relação à zootecnia e uma série de  
586 considerações que não poderiam ter sido nunca ocupadas e muito menos ter  
587 plantado banana em cima disso. Então, nessas situações a remoção se faz  
588 necessária, falo isso porque já tive a experiência como Prefeito e não vou poder  
589 deixar uma população à beira rio sabendo que lá, na primeira chuva, vem uma  
590 inundação. Então, há necessidade de relocação ou remoção mesmo. É muito  
591 bacana democraticamente discutir isso, mas quando a água chega ao nível do  
592 pescoço não tem muito que discutir. Então, é uma questão muito prática e  
593 objetiva, acredito que meus colegas prefeitos sabem muito bem do que estou  
594 falando. Não é fácil, no meio de um temporal, receber as críticas de uma  
595 população que ocupou, no caso do Ribeirão dos Padilhas em Curitiba, pela quarta  
596 vez o mesmo local. Quer dizer, é o fim da picada! Pelo amor de Deus, acho que  
597 não tem muito que discutir a questão.

598 Por outro lado, já existe uma medida provisória que foi transformada em  
599 lei que fala exatamente sobre ocupação das ZEIS ou aquelas áreas que foram  
600 consideradas ZEIS. E lá tem todo um processo democrático de discussão, de  
601 avaliação para se tomar uma decisão. Então, não é feito ditatorialmente, de cima  
602 para baixo. Existe sim todo um processo visando garantir o direito das pessoas  
603 que lá estão. Não se faz remoção pelo bel-prazer de se fazer remoção. Muito pelo  
604 contrário, essa é uma questão traumática, preferencialmente é bom que elas  
605 permaneçam onde estão, não há problema nenhum, mesmo sendo APP. Então,  
606 representando a Universidade Federal faz bater direto com as Organizações  
607 Ambientais que zelam exatamente pela não ocupação de APP's. O importante,  
608 nesse momento, colocar uma lei de zoneamento que é macrozoneamento, não



609 chega ao nível da operacionalidade da coisa. Vamos colocar nesses termos: Há  
610 necessidade de uma lei específica sobre regularização fundiária? Concordo, mas  
611 já existe dentro da legislação brasileira um monte de artigos relacionados com a  
612 questão fundiária que pode perfeitamente ser utilizada. Portanto, voto contra a  
613 proposta.

614 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
615 Nazareno Iurk):- Passo a palavra ao Sr. Pedro Guimarães representante da  
616 UNIHAP.

617 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães (UNIHAP):- Boa tarde a todos. Acho  
618 que mais importante é a definição de quem será responsável por essa dita  
619 relocação ou remoção. Vou pontuar, porque temos um episódio dessa natureza no  
620 município de Matinhos onde eu resido, que desde 1998, mesmo com  
621 determinação administrativa da Meritíssima Juíza Federal de Paranaguá, nem o  
622 município, nem a APA de Guaratuba, nem o Parque Nacional Saint-Hilaire  
623 tomam o caminho no sentido de remover quatro famílias da encosta do  
624 Tabuleiro, que são as mais graves. Então, fica um jogo de empurra pelo medo da  
625 atitude do desgaste político, muito embora aqueles três ou quatro ocupantes da  
626 encosta do Tabuleiro implorem para ser removidos. O Procurador da República  
627 fez uma reunião na Associação Comercial de Paranaguá, alguns anos atrás, e  
628 veio à tona talvez o caso mais grave que temos em Matinhos. E o município  
629 disse: “Não podemos, porque não temos isso, não temos aquilo”.

630 Então, estou achando muito bom que o município de Guaraqueçaba tenha  
631 essa ousadia, agora precisamos saber se eles terão o cacife político e o cacife,  
632 digamos assim, orçamentário. Por isso que eu acho que o instrumento deve ser  
633 colegiado, porque é uma coisa que interessa a todos. Cito esse exemplo e até faço  
634 um apelo ao Conselho do Litoral para ver o problema da encosta do Tabuleiro  
635 em cima do desativado pinicão, desculpem-me em usar esse termo, porque as  
636 casas estão rachando, a encosta está erodindo, o Ibama não permite que eles  
637 façam conserto nas casas. Então, é muito bom, é corajoso remover, agora precisa  
638 ver se tem instrumento ágil, capaz e desinteressado para realmente atuar em favor  
639 da população.

640 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
641 Nazareno Iurk):- Pela ordem estava inscrito o Prefeito Baka.

642 O Sr. Conselheiro José Baka Filho (Prefeito de Guaratuba):- A Lei  
643 63/2007 é a Lei de Regularização Fundiária, uma lei federal, que trata  
644 exatamente desse assunto, disciplina a matéria abre possibilidades de  
645 regularização, dá autonomia para que o próprio município, através da Secretaria  
646 de Urbanismo, possa ter áreas menores, condomínios em quadras permitindo o

647 uso coletivo de áreas que já estão ocupadas, ou seja, regulariza inclusive áreas  
648 ambientais e define ali quais as responsabilidades. Então, não precisaria estar no  
649 Plano Diretor, até acho um exagero porque senão começa a amarrar muito o que  
650 tem que ser um orientador. Um Plano Diretor é um orientador do planejamento  
651 do município, ele não pode engessar, não pode reduzir as chances e quando fala  
652 órgão responsável é porque muda tanto de órgão, a gente tem tanta reforma  
653 administrativa, daí você coloca na lei lá a Secretaria tal é responsável, ano que  
654 vem muda o nome da Secretaria, aí você perde aquela finalidade. Então,  
655 representante da Universidade Federal, é essa a questão, o Plano Diretor tem que  
656 ter essa finalidade, não pode engessar e já existe lei específica que disciplina a  
657 matéria.

658 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
659 Nazareno Iurk):- Para finalizar as discussões, passo a palavra ao Sr. Adalton,  
660 representante das Associações Comerciais do Litoral.

661 O Sr. Conselheiro Adalton Mendes Luders (Associações Comerciais do  
662 Litoral):- Acho que a discussão é sobre o órgão responsável, ao invés de retirar as  
663 duas últimas letras, como o próprio Prefeito Baka mencionou, a legislação é bem  
664 ampla, o nosso Secretário Taniguchi também falou, sugiro retirar as três últimas  
665 palavras: “pelo órgão responsável”. Terminar: “... avaliado como necessário.”  
666 Acho que resolve o problema de todos e também de Guaraqueçaba.

667 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
668 Nazareno Iurk):- Vamos fazer o encaminhamento para encerrarmos a fase de  
669 discussões. Pois não.

670 O Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro (UFPR Litoral):- Só uma questão, o  
671 Estatuto da Cidade é uma lei federal e não é autoaplicável, precisa da  
672 regulamentação municipal e essa regulamentação municipal quem dá é o Plano  
673 Diretor. Então, o Plano Diretor é um instrumento de orientação ao  
674 desenvolvimento, mas precisa legislar sobre assuntos de interesse municipais e  
675 um deles é a regularização fundiária. Temos no litoral paranaense boa parte da  
676 população que está em conflito relacionado à regularização fundiária, a  
677 irregularidade de seus imóveis. Então, é uma matéria importantíssima, que deve  
678 ser regulamentada pela legislação municipal, pela lei complementar na Câmara  
679 de Vereadores e essa lei é o Plano Diretor.

680 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
681 Nazareno Iurk):- Faço encaminhamento para votação. O encaminhamento prevê  
682 a seguinte proposta: aprovação do relatório na íntegra do Conselheiro  
683 representante da Secretaria de Cultura que diz pela aprovação do Plano Diretor  
684 com as duas sugestões, as duas recomendações neste relatório. E a segunda

685 alternativa é se incorporaremos ou não neste relatório as sugestões feitas pelo  
686 representante da UFPR do Litoral. Então, vou submeter à apreciação dos  
687 Conselheiros, à votação dos Srs. Conselheiros se vamos inserir no relatório, neste  
688 relatório que recomenda aprovação com duas alterações as considerações do  
689 representante da UFPR, que são duas.

690 Então, em processo de votação se vamos acatar a sugestão do Conselheiro  
691 da UFPR. Os que forem a favor das propostas do Conselheiro Ricardo se  
692 manifestem dizendo sim. Um voto. Então, fica REJEITADA a sugestão do  
693 Conselheiro representante da UFPR. Então, o relatório não sofrerá emendas.  
694 Agora submeto à votação o relatório na íntegra com duas recomendações  
695 expressas nesse mesmo relatório que diz pela aprovação do Plano Diretor de  
696 Guaraqueçaba. Os que forem contrários ao relatório, ao texto do relatório que  
697 possam fazer a sua manifestação.

698 O Sr. Ricardo Rodrigues Monteiro (UFPR Litoral):- Vou me abster na  
699 segunda votação em detrimento do encaminhamento da votação anterior.

700 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
701 Nazareno Iurk):- Então, com uma abstenção e aprovação dos demais  
702 Conselheiros, consideramos APROVADO o Plano Diretor do município de  
703 Guaraqueçaba que deverá atender, portanto, as recomendações apresentadas no  
704 relatório da Secretaria de Cultura. (Palmas).

705 Dando sequência à Ordem do Dia, teremos uma Palestra da Petrobras e  
706 depois uma Palestra da Sema, mas vou fazer uma pequena intervenção. Primeiro  
707 fazendo um agradecimento especial ao Presidente Paulo Eder de Araújo da  
708 Câmara Municipal de Guaratuba, que nos acolheu de forma muito hospitaleira,  
709 cedendo-nos as estruturas da Câmara e também ao Secretário Carlos de Carvalho  
710 que não envidou esforços para que essa reunião acontecesse aqui e obviamente a  
711 excelente recepção e a acolhida que a Prefeita Evani Cordeiro Justus deu a toda a  
712 nossa equipe. E também há uma solicitação da prefeitura municipal de  
713 Guaratuba, que não estava prevista em nossa Ordem do Dia, que submeto à  
714 apreciação dos Srs. Conselheiros para deliberar sobre o acatamento dessa  
715 sugestão e recomendo que se faça, de que a prefeitura possa apresentar de doze a  
716 quinze slides sobre algumas ideias que o município tem de Guaratuba em relação  
717 ao seu Plano Diretor. Até aproveitando a presença ilustre do Secretário de  
718 Planejamento Cássio Taniguchi, que mais à frente terá que se retirar da nossa  
719 reunião, mas é o momento oportuno de podermos apreciar essas sugestões que o  
720 município de Guaratuba tem a nos mostrar.

721 Então, submeto à apreciação da plenária se podemos inserir neste  
722 momento essa apresentação. Não havendo manifestações fica APROVADA a

723 inserção, logo após um breve intervalo de quinze minutos da apresentação do  
724 município de Guaratuba e em seguida as Palestras da Petrobras e da Sema, que  
725 serão todas palestras breves, de dez a quinze minutos, em seguida Tribuna Livre,  
726 Assuntos Gerais e encerramento.

727 (Intervalo).

728 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
729 Nazareno Iurk):- Retomando a nossa Reunião Ordinária do Conselho Territorial  
730 do Desenvolvimento do Litoral – Colit, convido o representante da Prefeitura  
731 Municipal de Guaratuba para fazer a apresentação a respeito das ideias para o  
732 Plano Diretor neste município.

733 O Sr. Vicente Variani (Diretor de Meio Ambiente de Guaratuba):- Sr.  
734 Presidente do Colit, Srs. Prefeitos, senhoras e senhores presentes. Numa breve  
735 explanação quero demonstrar um pouco do município de Guaratuba em relação  
736 às questões ambientais.

737 Uma pequena introdução sobre a função social da propriedade urbana: “O  
738 crescimento desordenado das cidades brasileiras, juntamente com o brutal  
739 aumento do número de pessoas que nela habitam, causam sérios problemas  
740 sociais. Esse cenário fez com que os princípios constitucionais da função social  
741 da propriedade urbana ganhasse importância crucial para o desenvolvimento do  
742 país bem como da sua população. Em face disso, o Legislativo concentrou  
743 esforços para regulamentar os instrumentos constitucionais da efetivação da  
744 função social da propriedade urbana, contemplada nos Incisos I, II, III, do  
745 Parágrafo 4º, do Artigo 182, da Constituição Federal, que trata especificamente  
746 do parcelamento ou edificação compulsórios, impostos predial, território urbano  
747 progressivo no tempo. Com tal missão surgiu o Estatuto da Cidade, Lei 10.257, a  
748 quem coube a regulamentação dos referidos instrumentos constitucionais e que  
749 em razão disso constitui elemento indispensável para a efetivação da função  
750 social da propriedade urbana. É preciso fazer com que a propriedade cumpra a  
751 sua função social e para que isso não fique apenas no campo doutrinário como  
752 princípio constitucional coloca à disposição da administração pública municipal  
753 um arsenal de medidas em que a política de desenvolvimento urbano, executada  
754 pelo Poder Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tem por objetivo  
755 ordenar o desenvolvimento da função social da cidade e garantir o bem-estar de  
756 seus habitantes. A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende  
757 as exigências fundamentais de ordenação das cidades expressa no Plano Diretor,  
758 conforme determina a Constituição Federal no seu Artigo 182. Do mesmo artigo,  
759 o Inciso I diz: “O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório  
760 por cidades com mais de vinte mil habitantes, é um instrumento básico da

761 política de desenvolvimento e expansão urbana. Desta forma, senhores, o que  
762 observamos em nosso município é que é potencialmente turístico uma alta evasão  
763 fiscal, ou seja, proprietários deixando de pagar IPTU de seus imóveis por neles  
764 não poderem construir suas residências de veraneio ou moradia fixa, em função  
765 da vegetação protegida pela Lei de Mata Atlântica, causando assim um déficit  
766 nos cofres municipais e a propriedade urbana deixa de cumprir uma das  
767 principais funções previstas em lei. Portanto, a atual administração, preocupada  
768 com o desenvolvimento socioambiental sustentável apresenta aos senhores o  
769 levantamento do nosso município.”

770 O Plano Diretor deve englobar o território do município como um todo,  
771 diz o Artigo 40, do Estatuto da Cidade. Então, ali vocês estão vendo o território  
772 de Guaratuba, esse em preto é o território total do nosso município. Então, o  
773 Plano Diretor não pode ser visto apenas no perímetro urbano que é essa  
774 partezinha aí. A lei que institui o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a  
775 cada dez anos. Isso é o que está escrito no Estatuto. Aqui vocês veem como é a  
776 situação atual da área urbano do município. Essa parte em amarelo é o Parque  
777 Boguaçu e em verde é a APA de Guaratuba, o que resta ao nosso município é  
778 essa faixa aqui, o restante é tudo unidade de conservação.

779 A Lei da Mata Atlântica dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação  
780 nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Capítulo VI - da  
781 proteção do bioma mata atlântica nas áreas urbanas e regiões metropolitanas.  
782 Artigo 31 - Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em  
783 lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em  
784 área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata  
785 Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais  
786 normas aplicáveis e dependerão de prévia autorização do órgão estadual  
787 competente, ressalvado o disposto nos Artigos 11, 12 e 17 desta Lei.  
788 Comentando rapidamente o Artigo 17 – “Corte ou a supressão de vegetação  
789 primária ou secundária ou avançada da regeneração da Mata Atlântica,  
790 autorizada por esta lei, ficam condicionadas a compensação ambiental, na forma  
791 de destinação da área equivalente a exceção já desmatadas.” Essa é uma das  
792 propostas que o município quer apresentar ao Colit, porque como temos os lotes,  
793 essas áreas que já foram loteadas, cada lote já existe um proprietário dificilmente  
794 esse proprietário conseguirá deixar o que prevê a lei que é 30% de vegetação no  
795 seu lote. Então, o município propõe que seja estabelecida uma área de comum  
796 onde essa área servirá da compensação ambiental.

797 Artigo 30 – “É vedada a supressão de vegetação primária do Bioma Mata  
798 Atlântica, para fins de loteamento ou edificação, nas regiões metropolitanas e

799 áreas urbanas consideradas como tal em lei específica, aplicando-se à supressão  
800 da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração as seguintes  
801 restrições: § 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência  
802 desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração  
803 somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de  
804 empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio  
805 médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta  
806 por esta vegetação.” É o que eu acabei de falar, a Lei da Mata Atlântica diz que  
807 podem ser feitos loteamentos e edificações desde que esteja 30% da sua  
808 vegetação em compensação.

809 O Parágrafo 2º - “Nos perímetros urbanos delimitados após a data de  
810 início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio  
811 médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio  
812 médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total  
813 coberta por esta vegetação.” Diz áreas denominadas perímetro urbano, no caso  
814 do nosso município o perímetro urbano foi determinado bem antes de 2006.

815 Com relação ao Parque Boguaçu, tem o tamanho 6.052ha, foi inauguração  
816 1998, administrado pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, pelo Decreto n.º  
817 4056 - 26/02/1998 - Publicado no Diário Oficial Nº 5198 de 26/02/1998. O  
818 Parque Boguaçu hoje é esse verde que vocês estão vendo aqui, essa faixa aqui é a  
819 APA e esse o Parque Boguaçu. Esse é o perímetro que temos de cidade. Então,  
820 esse parque não tem o Plano Diretor ainda, vou ler para vocês o que diz a Lei n.º  
821 9.985, lei do SNUC: “Art. 3º - Fica estabelecido 05 anos, a contar da data de  
822 publicação do presente Decreto, para a elaboração e aprovação do Plano de  
823 Manejo do Parque Estadual do Boguaçu”. Então esses cinco anos já se passaram  
824 e nós ainda não temos o plano de manejo do parque. “Art. 25 - § 2º Os limites da  
825 zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de  
826 que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou  
827 posteriormente.” Então, vemos que podemos fazer junto com o IAP, que é o  
828 órgão que detém o Parque Boguaçu, a elaboração do plano de manejo dele para  
829 que possamos limitar a área do entorno do Parque, aquela zona de amortecimento  
830 que a gente tanto pretende, até chegar ao Parque Boguaçu.

831 Esse aqui é a localização dos loteamentos em relação à vegetação. A  
832 vegetação é classificada primária, secundária, estágio avançado, estágio médio e  
833 estágio inicial. Então, esses loteamentos estão todos eles, tudo isso que vocês  
834 estão vendo aqui é tudo Mata Atlântica onde se tem as restrições para se fazer o  
835 uso dele. Boa parte desses lotes que existem aqui ainda não está edificado, eles  
836 aparecem aqui como loteamentos, esses são os loteamentos todos aprovados, mas

837 não estão licenciados para a construção.

838 Os loteamentos do município. Vocês podem ver todos os loteamentos,  
839 desconsiderando esses loteamentos aqui, esses loteamentos são todos aprovados  
840 e todos eles entram na questão que acabei de falar para vocês, cada proprietário,  
841 cada terreno desses loteamentos existe um dono. Então, dificilmente vamos  
842 conseguir obedecer a Lei Mata Atlântica que diz que se tem que ter uma  
843 preservação de 30% do loteamento. Por isso o município sugere uma alteração  
844 para que possamos fazer uma área comum.

845 O perímetro urbano e zoneamento municipal pelo Plano Diretor. Então,  
846 aqui tem as zonas todas e aqui estão sendo previstas modificações nessas partes  
847 do Plano Diretor. Aqui só um gráfico para demonstrar a vocês que depois que  
848 esta administração adotou umas medidas de preservação, são medidas de  
849 contenção da invasão. Quando começamos nossa administração a invasão era  
850 muito alta e tomamos uma medida para conter as invasões. Aqui, se vocês  
851 repararem, do dia 01/01/10 a 01/06/10, são seis meses, e isso aqui são ligações de  
852 água e onde está o maior crescimento. O Piçarras é o maior crescimento, seguido  
853 de Esperança, são os dois loteamentos que mais cresceram. Depois vocês verão  
854 novamente o mapa e verão o direcionamento que a cidade está tomando. Depois  
855 das medidas tomadas, em seis meses, foram dadas apenas 78 ligações de água.  
856 Vocês têm mais um gráfico, Piçarras continua em primeiro lugar na expansão  
857 urbana e a Vila Esperança em segundo e a Cohapar em terceiro nesse fator de  
858 crescimento. Por esses gráficos temos um direcionamento da nossa cidade, para  
859 que lado está crescendo, para onde precisamos tomar algumas medidas  
860 rapidamente.

861 Vejam bem, senhores, Guaratuba tem 132.600ha, a APA que abrange seis  
862 municípios tem 199.596ha, a APA de Guaratuba tem 65,61%, perfazendo  
863 130.663ha, resta para nós 1.937ha, ou seja, 1,46% do município está fora de UC,  
864 ou seja, fora de unidade de conservação. Esse 1,46% que vocês estão vendo aqui  
865 ainda tem a restrição da Mata Atlântica em cima dos seus lotes. Então, fica  
866 complicado se não tomarmos agora essas medidas cabíveis junto ao Plano  
867 Diretor, junto ao Colit, para refazer esse relatório em relação ao Plano Diretor e  
868 Mata Atlântica estaremos inviabilizando a nossa cidade. O proprietário deixa de  
869 fazer, deixa de edificar sua residência em função de uma lei que proíbe, ele deixa  
870 de pagar o IPTU e com isso o invasor se aproveita da situação, invade o terreno,  
871 constrói ilegalmente e o município tem prejuízo e o meio ambiente tem muito  
872 mais prejuízo ainda, porque está atraindo um crescimento desordenado da nossa  
873 cidade.

874 Conversando com a prefeita, ela pediu para que formássemos uma

875 comissão e refizéssemos o Plano Diretor em função primeiramente do Plano  
876 Diretor, meio ambiente e Mata Atlântica e posteriormente as outras questões de  
877 zoneamento do Plano Diretor com aquelas partes de zoneamento de ocupação,  
878 percentual, enfim, tudo o que reza um Plano Diretor. Mas principalmente se não  
879 temos como expandir nossa cidade ordenadamente, ambientalmente sustentável,  
880 vamos acabar condenando-a.

881 Então, estamos apresentando aqui para que fosse formada essa comissão  
882 para fazer essas considerações. Era isso. Muito obrigado. (Palmas).

883 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
884 Nazareno Iurk):- Agradecemos a apresentação realizada pelo técnico que  
885 brilhantemente mostrou os diplomas legais que afetam diretamente o  
886 planejamento urbano do município de Guaratuba e que realmente tem uma  
887 complexidade muito grande em função do conjunto das unidades de conservação  
888 existentes e também em relação à Mata Atlântica. Então, com a palavra a  
889 Conselheira.

890 A Sra. Conselheira Viviane Rauta (Eng. Florestal do IAP):- Obrigada pela  
891 oportunidade, sou engenheira florestal do IAP e estou representando a cadeira do  
892 sindicato, mas trabalho no IAP de Guaratuba há um ano e quatro meses e há 22  
893 anos na instituição. Na verdade nós aqui de Guaratuba, o Vicente sabe, a prefeita  
894 sabe, os demais componentes sabem dos nossos trabalhos que tentamos fazer em  
895 conjunto.

896 Gostaria de deixar claro à plenária que não é bem assim, as coisas não são  
897 bem assim. A começar pelo Parque Boguaçu, ele não foi inaugurado, ele foi  
898 apenas criado pelo decreto que já teve um novo desenho, um novo perímetro,  
899 quiçá está sendo estudado justamente para evitar as áreas em que tenham  
900 expansão urbana. Essa é uma das partes que gostaria de colocar. Então, ainda  
901 está sob a responsabilidade do IAP, mas a regularização, porque ele só está  
902 criado no papel.

903 Quanto a APA em si abrange seis municípios, só que juntando Guaratuba,  
904 São José dos Pinhais e Tijucas do Sul pega 85% do total da área da APA e essas  
905 áreas são áreas de serra praticamente, Serra do Mar. Aqui embaixo, em nossa  
906 planície litorânea, aí que quero falar ao Vicente que não é só a Lei da Mata  
907 Atlântica. Não sou jurista, mas teríamos outras leis para citar, na área de  
908 expansão urbana do município temos problemas seriíssimos nos balneários que  
909 são áreas úmidas, são impróprias para construção. São áreas que não existem  
910 nem compensatória, porque são APP's, temos restinga que também é proibido a  
911 construção, porque são áreas de APP's. O Código Florestal já prevê isso, seja o  
912 antigo seja o novo, as APP's terão que existir e continuar.



913 Então, na verdade, acho que a preocupação e quero me colocar nesse  
914 sentido, sempre tenho feito isso, é perceber para onde o município está  
915 caminhando, mas caminhar ordenadamente. Então, o que acontece? O cidadão  
916 comprou há trinta anos esse lote e agora ele resolveu vir morar ou vender. Aí ele  
917 pede ligação de luz, a Copel encaminha para o IAP e a Sanepar também e o IAP  
918 faz vistoria. Eu faço vistoria no local em que a área está na beira do rio. Vocês  
919 acham que eu aprovo? Não posso aprovar. Aí ele vai à prefeitura e requer isenção  
920 de IPTU. Então, vejam, é muito complicado, é bem complexo tudo isso. Ficamos  
921 por um bom tempo com especulação imobiliária da região, porque o proprietário  
922 comprava o imóvel e vinha solicitar para o IAP se podia ou não construção. Ora,  
923 seja! É por função do IAP? Não! É do município ou daquele que aprovou o  
924 loteamento. Se esses loteamentos foram aprovados há 30 anos, hoje eles têm que  
925 se reenquadrar na legislação, não é verdade, prefeita? Porque se não se enquadrar  
926 na legislação vamos ter que fazer casas sob palafitas.

927 A área que está dentro da APA, a expansão urbana o IAP responde. Só  
928 quero deixar isso claro, que não é assim. Gostaria de deixar para a plenária que  
929 não é bem assim e o IAP, as autorizações que ele faz, é nossa obrigação fazer  
930 dentro da área de proteção ambiental porque é de uso sustentável, ela não proíbe  
931 construções, ela não proíbe o crescimento. Nós temos APA, o Secretário de  
932 Planejamento sabe disso, na região metropolitana inteira de Curitiba para  
933 proteção dos mananciais, na UC entorno de Curitiba. Então, ela não impede o  
934 crescimento, ela simplesmente ordena. Então, não há uma briga, muito pelo  
935 contrário, o que temos falado desde então é aconteça essa interface.

936 A Sra. Evani Cordeiro Justus (Prefeita de Guaratuba):- Com licença, mas é  
937 justamente por isso que acho que nem cabe aqui essa discussão, porque a reunião  
938 não é para isso. Mas é importante que nós, antes de mandarmos para a aprovação  
939 do Colit, sentemos juntos e tenhamos uma conversa, todos os órgãos  
940 competentes, para que quando vier ao Colit finalmente o nosso Plano Diretor,  
941 que espera que seja muito breve, venha com poucas coisas a ser corrigido. Acho  
942 muito importante a sua colocação.

943 Já que estou com o microfone, em primeiro lugar queria agradecer ao  
944 Vereador Paulo Araújo por ceder este espaço, a presença de vocês, e dizer que  
945 para Guaratuba é uma data histórica nesta 60ª Sessão do Colit, onde dois Planos  
946 Diretores das cidades do litoral foram aprovados. Vai ficar na história esse dia,  
947 parabéns ao Prefeito Baka de Paranaguá, ao Prefeito Riad de Guaraqueçaba e  
948 espero que muito breve, o mais rápido possível, Vicente e equipe e todos os  
949 órgãos do Governo, voltemos a esse local para aprovar o Plano Diretor da nossa  
950 cidade, que é de suma importância – aliás, aprovado já pelos Vereadores, com a

951 nova revisão adequada a tudo isso que mudou nesses anos na legislação, na parte  
952 ambiental a qual somos defensores, deixo claro que quando a gente luta dá a  
953 impressão que nós não queremos preservar. Queremos, devemos e faremos, mas  
954 também não podemos dizer: “Guaratuba acabou, tudo é APA, APP, perepepe,  
955 como eu brinco, e não se faz mais nada”. Todo mundo vai embora daqui, aqui é  
956 só para olhar o verde e do que viveremos? Como a nossa gente vai se  
957 desenvolver? Como as pessoas vão construir? Que cidade turística é essa?

958 Então, muito obrigada, estou muito honrada e vamos trabalhar juntos e  
959 muito breve, para ontem, para que consigamos aprovar o nosso plano. Obrigada.  
960 (Palmas).

961 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
962 Nazareno Iurk):- Só gostaria de fazer um comentário, para encerrarmos essa parte  
963 da Ordem do Dia, dizendo que o município de Paranaguá deu um excelente  
964 exemplo na elaboração do seu Plano Diretor, porque simultaneamente ou até um  
965 pouco antes realizou um estudo chamado Zoneamento Econômico e Ecológico  
966 do município. Este serviu de subsídio para a elaboração do Plano Diretor e que  
967 promoveu algumas mudanças significativas no zoneamento do município, até em  
968 áreas que eram consideradas intocáveis e que, por um sistema de compensação e  
969 de um planejamento estratégico de abrangência total do município, permitiu um  
970 avanço interessante que veio atender aos anseios da comunidade de Paranaguá.

971 Dando sequência à nossa Reunião Ordinária, convido a Mariana Muniz,  
972 representante da Petrobras, para fazer uma explanação sobre os Desafios do Pré-  
973 Sal para o litoral do Paraná, um tema palpitante, visto os planos do Governo  
974 Federal e visto também a situação estratégica do litoral do Paraná em relação aos  
975 sítios de exploração petrolífera no nosso litoral.

976 O Secretário Cássio Taniguchi tem que se retirar, em função de outro  
977 compromisso mais adiante em Curitiba, então agradecemos a sua presença que  
978 muito brilhou a nossa reunião. Podemos prosseguir.

979 A Sra. Mariana Muniz (Petrobras):- Boa tarde a todos, meu nome é  
980 Mariana, trabalho na Petrobras, na gerência do Pré-Sal. Vim mostrar para vocês  
981 como a Petrobras está se estruturando para vencer esse grande desafio que é o  
982 desenvolvimento das áreas do Pré-Sal e as oportunidades que serão criadas em  
983 função desse desenvolvimento, como isso se desdobra nas realidades estaduais,  
984 nas esferas municipais. (Faz a apresentação). (Palmas).

985 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
986 Nazareno Iurk):- Agradecemos a participação da Mariana Muniz que gentilmente  
987 se deslocou até Guaratuba e deixo a palavra livre para alguém que queira fazer  
988 alguma pergunta, alguma manifestação, só lembrando que vamos ser breves em

989 função de termos mais dois assuntos na pauta.

990 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães (UNIHAP):- Gostaria que a  
991 engenheira falasse rapidamente da polêmica dos royalties, se existe no Paraná um  
992 curso de capacitação técnica indústria petroquímica e os investimentos em  
993 tecnologias alternativas, já que sabemos que o intensivo do petróleo alcança  
994 muito pouca sustentabilidade, qual o nível de investimento para coisas realmente  
995 sustentáveis.

996 A Sra. Mariana Muniz (Petrobras):- A primeira pergunta com relação  
997 aos royalties. Tem uma discussão muito importante que está em curso no âmbito  
998 do Governo Federal sobre a distribuição dos royalties e estamos acompanhando  
999 isso, como vocês, mas está sendo definido no âmbito do Governo Federal e a  
1000 Petrobras está à mercê dessa discussão. Então, não estamos nos envolvendo,  
1001 porque está fora do nosso alcance, digamos assim, e estamos esperando esse  
1002 desdobramento.

1003 Com relação às tecnologias alternativas. A Petrobras hoje é uma empresa  
1004 de energia, então temos uma Diretoria específica formada em energia de gás e em  
1005 energias alternativas. A Petrobras investe pesadamente no desenvolvimento de  
1006 energias alternativas que poderão ser utilizadas de forma complementar a energia  
1007 fóssil, que um dos exemplos é a energia vinda do petróleo.

1008 A gente faz estudos periódicos sobre a demanda de energia no mundo e  
1009 não trouxe o slide aqui, então vou falar para você o que vemos lá. A gente já  
1010 identificou que a demanda por energia no mundo não acompanha a demanda de  
1011 crescimento, por mais otimista que seja, de energias alternativas e existe um *gap*  
1012 entre necessidade e disponibilidade e esse *gap* será ocupado pelas fontes de  
1013 energias atuais. Então, hoje estamos investindo em energias alternativas, em  
1014 energia eólica, temos uma planta grande lá no Rio Grande do Norte. Investimos  
1015 sim só que existe uma necessidade que precisa ser suprida.

1016 E a terceira pergunta eu esqueci, desculpe.

1017 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães (UNIHAP):- Falou em capacitação,  
1018 eu ouvi falar que provavelmente no município de Almirante Tamandaré existe  
1019 um curso de capacitação em nível técnico para a indústria petroquímica. Eu  
1020 penso que se isso realmente existe, não é Professor Gobbi, a Universidade  
1021 Federal com um campus aqui no litoral poderia começar a discutir, já que é de  
1022 médio prazo ao atendimento de demanda, acho que podemos pensar num curso  
1023 técnico dessa natureza encampado pela Universidade Federal em conjunto com a  
1024 Petrobras e o Governo do Estado.

1025 A Sra. Mariana Muniz (Petrobras):- Não sei dizer se existe esse curso,  
1026 provavelmente está dentro do Promint, mas posso pegar o seu endereço de e-

1027 mail, avaliar com você e aí a gente informa a você se existe ou não, em condição  
1028 que são.

1029 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1030 Nazareno Iurk):- Sobre a questão de capacitação dos possíveis empregados do  
1031 sistema que vai se instaurar aqui no Paraná, a Secretaria do Trabalho já tem um  
1032 plano de capacitação inclusive de recrutamento, porque quando envolve uma  
1033 atividade que exige um grande número de servidor, de empregado,  
1034 costumeiramente se cria arranjos paralelos com intermediários, enfim, tem todo  
1035 um processo meio complicado. Esse cuidado o Governo do Paraná está tomando  
1036 de fazer uma organização e capacitação e de certa forma evitar as intermediações  
1037 que normalmente ocorrem nesses casos. É o Secretário Romanelli que está  
1038 cuidando desse tema e em breve certamente haverá divulgação.

1039 Na mesma esteira, aproveito para dizer que no início da semana deve ser  
1040 liberada uma licença de instalação já do Complexo da Tkinter em Pontal que vai  
1041 demandar muitos empregos e certamente atingirá toda a região do litoral, até pela  
1042 proximidade de Guaratuba. Então, na próxima semana deve encerrar o processo  
1043 do licenciamento da Tkinter e terá essa demanda grande de postos de trabalho, e  
1044 a Secretaria do Trabalho fará uma divulgação de como fará essa organização de  
1045 recrutamento de capacitação.

1046 Com a palavra o Juliano, que se inscreveu.

1047 O Sr. Conselheiro Juliano V.V. Elias (Administração dos Portos de  
1048 Paranaguá e Antonina - APA):- Sr. Presidente do Colit, em nome dos Portos de  
1049 Paranaguá e Antonina, gostaria de informar que estamos na contratação de um  
1050 novo plano de zoneamento, as pessoas às vezes até desconhecem, mas o próprio  
1051 porto passa pelas mesmas dificuldades e necessidades que tem o município.  
1052 Temos que ter um zoneamento dirigido que vai determinar a linha de  
1053 zoneamento, crescimento, atividades que o porto fará nos seus cinco, dez, quinze,  
1054 vinte e cinco ou trinta anos, nesses horizontes. Dentro disso estamos  
1055 contemplando essa atividade, estamos levando em consideração as atividades do  
1056 Pré-Sal. O licenciamento que o Secretário colocou agora da área do Porto de  
1057 Pontal faz parte de um dos projetos de expansão do Porto. Estamos buscando  
1058 inclusive com a Petrobras buscar recuperar uma questão um pouco perdida, já  
1059 que os investimentos do Pré-Sal, em termos de estaleiros, que seriam de grande  
1060 demanda de mão-de-obra, a preocupação que foi aqui, ficaram mais restritos a  
1061 duas pontas a de Santos e Rio Grande, nós que estamos no meio ficamos isolados  
1062 neste sentido. E temos muitas áreas disponíveis dentro da área do porto já  
1063 definida para crescimento, é importante citar isso, em detrimento, por exemplo, a  
1064 questão comparativa direta nossa a do Porto de Santos que tem pouquíssimas

1065 áreas de crescimento. Paranaguá e o próprio Rio Grande do Sul ainda têm  
1066 grandes áreas de expansão ainda previstas como a parte de Antonina, a parte de  
1067 Pontal do Paraná e outras. Recebemos a primeira que foi citada na apresentação,  
1068 o Porto está trabalhando com um projeto de Governo, informar toda a  
1069 comunidade, em conjunto com o Meio Ambiente, Secretaria de Trabalho, o  
1070 próprio sistema FIEP estará trabalhando essa questão do SENAI, o SESI  
1071 também, no sentido dessa capacitação dos funcionários, existem algumas  
1072 unidades aqui no litoral, mas que o Porto está muito atento a isso e está  
1073 extremamente interessado, porque sabemos que o Porto de Paranaguá e a área de  
1074 influência de um projeto dessa magnitude vai abranger os sete municípios e  
1075 muito além disso. Então, explanar para essa comissão que o Porto já está no  
1076 andamento das atividades, considerando as atividades do Pré-Sal.

1077 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1078 Nazareno Iurk):- Conselheiro Adalton.

1079 O Sr. Conselheiro Adalton Mendes Luders (Associações Comerciais do  
1080 Litoral):- Só queria fazer uma observação com relação ao royalties, porque  
1081 incrivelmente o Estado de São Paulo faz fronteira com o Estado de Santa  
1082 Catarina aqui na frente do nosso oceano e sobra muito pouco mar para o Paraná a  
1083 receber royalties, sendo que na frente do nosso litoral existe uns cem números de  
1084 plataformas produzindo e os royalties vão para São Paulo ou Santa Catarina. Se  
1085 existe por parte do Governo ainda alguma briga.

1086 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1087 Nazareno Iurk):- Lamento que o Secretário de Planejamento tenha se retirado,  
1088 mas nesse momento há um estudo de como resgatarmos, digamos assim, o que é  
1089 de direito do Estado do Paraná. Está havendo um estudo no âmbito da Secretaria  
1090 de Planejamento nesse momento, até porque, de um lado, o Estado do Paraná é  
1091 visto como um ponto estratégico para dar suporte às operações de uma boa parte  
1092 dos sítios que envolvem a exploração do Pré-Sal. E não basta simplesmente  
1093 liberarmos o nosso território para que as empresas venham, são bem-vindas, mas  
1094 é preciso mais, porque vamos dar condições de operação ao Pré-Sal e é  
1095 necessário que também essa questão dos royalties seja bem resolvida. Você está  
1096 falando principalmente das delimitações das localizações dos pontos de extração.  
1097 E também tem aquela outra discussão que a Mariana se referiu que ainda se  
1098 discute no Congresso, especificamente sobre o Pré-Sal.

1099 Agradeço, Mariana, imensamente à sua disposição em vir aqui trazer  
1100 esclarecimentos, foi muito proveitoso para todos nós e seja bem-vinda mais uma  
1101 vez ao Paraná e volte sempre. Muito obrigado. (Palmas).

1102 A Sra. Mariana Muniz (Petrobras):- Muito obrigada.

1103 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1104 Nazareno Iurk):- Dando sequência, teremos agora a Palestra do Professor Gobbi  
1105 sobre a questão das mudanças climáticas, sistema de monitoramento, alerta,  
1106 previsão e mitigação dos eventos climáticos críticos. Prometemos ser breves, não  
1107 é Professor Gobbi.

1108 O Sr. Conselheiro Professor Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Vou ser  
1109 bastante breve, está todo mundo cansado, então para a palestra ficar interessante  
1110 a essa altura do campeonato só se ela for bem rapidinha.

1111 A ideia, é uma proposta preliminar e um nome preliminar, ainda não  
1112 passou por nenhum crivo da área de comunicação do Estado. Mas, enfim, a ideia  
1113 da criação desse sistema começou bem no início do Governo, o fato do Paraná  
1114 estar bem posicionado em uma série de aspecto que eu vou falar a seguir E o  
1115 acidente que aconteceu aqui no litoral com as chuvas de março acabou  
1116 precipitando, acabou acelerando um conjunto de encontros que estávamos tendo  
1117 no sentido de estruturar esse sistema.

1118 Esse trabalho de certa forma está sendo feito de forma colaborativa com a  
1119 Casa Militar - Coordenadoria da Defesa Civil e a Sema, meio que à frente do  
1120 ponto de vista da coordenação, mas obviamente com parceria com a Secretaria de  
1121 Planejamento e com diversas outras Secretarias e com a participação muito forte  
1122 dessas três instituições do Estado: a Mineropar, o Instituto Tecnológico -  
1123 Simepar, e o Instituto das Águas do Paraná. Águas Paraná com a atuação muito  
1124 forte em hidrologia, monitoramento hidrológico, com toda a rede plu, flu e  
1125 sedimentológica no Estado do Paraná; o Simepar com a rede telemétrica, radar  
1126 meteorológico, sistema de detecção de descarga atmosférica e a Mineropar com  
1127 todo o conhecimento na área de geotecnia, geologia ambiental.

1128 Aqui tem os objetivos do sistema, não vou lê-los, mas basicamente seria a  
1129 criação do sistema, criação de uma sala de situação, melhorar a infraestrutura,  
1130 essa capacidade tecnológica que nós já temos, organizar a base de dados,  
1131 produzir mapeamento e elaborar os planos de contingência no caso de termos  
1132 acidente. São coisas que já fazemos, mas a ideia é que façamos de forma mais  
1133 bem coordenada e o acidente nos ensinou muitas coisas, o acidente nos mostrou  
1134 diversas falhas que tínhamos e não sabíamos que essas falhas existiam. Isso  
1135 precipitou, acelerou o desenvolvimento. Estamos na fase de concepção.

1136 Aqui temos o restante dos objetivos específicos, mas em função do tempo  
1137 não vou detalhá-lo, mas essa apresentação ficará disponível a todos vocês. E aqui  
1138 são as justificativas. Tivemos um acidente aqui no litoral do Paraná. Temos  
1139 viajado por aí, o fato de o nosso acidente ter morrido apenas duas pessoas não  
1140 despertou o tamanho do interesse que deveria ter despertado. Eu acompanhei

1141 bastante o acidente de Friburgo, foi um acidente trágico, mas foi um acidente que  
1142 teve uma distribuição geográfica maior na região de Friburgo, Teresópolis e  
1143 Sumidouro, só que morreu muito mais gente e chamou muito mais a atenção.  
1144 Agora, o que aconteceu, principalmente aqui na Serra da Prata, não se tem  
1145 conhecimento de nada parecido. Então, obviamente isso chama a atenção e  
1146 mostra a necessidade de nós desenvolvermos coisas desse tipo.

1147 Isso aqui mostra também fatos novos para as séries históricas que temos  
1148 de chuva. Tivemos três anos consecutivos, 2008, 2009 e 2010 de chuvas mensais,  
1149 praticamente todos os meses acima das médias históricas. Aí, quando chega  
1150 janeiro, chove mais que o dobro da média histórica, quando chega fevereiro  
1151 chove mais que a média histórica, e quando chega março a coisa despenca de um  
1152 jeito que não se tem notícia. Então, mostrando que realmente esses novos  
1153 cenários mostram que devemos fazer alguma coisa,

1154 Aqui é a famosa cheia de 1983 de União da Vitória, mostrando que essas  
1155 coisas já vêm acontecendo no Estado. A Defesa Civil, desde 1981, faz uma  
1156 catalogação de todos os acidentes e desastres que acontecem no Estado,  
1157 mostrando que já temos uma boa base de dado. Ali são os acidentes totais  
1158 registrados obviamente, à direita seriam os escorregamentos, depois enchentes,  
1159 enxurradas e vendavais. Então, quer dizer, a Defesa Civil já tem um trabalho  
1160 muito bacana, já trabalha fortemente com isso e na verdade o que estamos  
1161 fazendo é unir coisas que já estão acontecendo de forma um pouco dispersa.

1162 Aqui é só para dizer que curiosamente, não tão curiosamente assim, essa  
1163 nossa ação não é isolada, do ponto de vista nacional também está acontecendo  
1164 uma ação muito parecida e curiosamente as instituições são correlatas. Quer  
1165 dizer, do ponto de vista nacional temos a CPRM - Companhia de Pesquisa de  
1166 Recursos Minerais, o CPTEC/INPE mais a Agência Nacional de Águas e mais a  
1167 Defesa Civil Nacional que tem as instituições correlatas no Estado do Paraná.  
1168 Acabamos de ganhar uma sala de situação da Agência Nacional de Águas, os três  
1169 estados do Brasil foram contemplados: Pernambuco, Alagoas e Paraná. Esta sala  
1170 de situação em breve devemos articular no sentido de inaugurar.

1171 Aqui temos um desenho, ainda muito simplificado, desse nosso modelo,  
1172 em cima o modelo nacional e depois, do rosinha para baixo, o modelo nosso  
1173 paranaense. E é muito importante, essa semana discuti muito isso com o Major  
1174 Hiller, na vice-Governadoria, exatamente o final da linha com os seus  
1175 municípios, porque na verdade o acidente acontece no município. Então, é no  
1176 município que temos que trabalhar, é lógico que a Defesa Civil já faz isso, isso já  
1177 existe, mas é óbvio que pretendemos melhorar isso, sofisticar isso, articular isso  
1178 melhor e é óbvio que a gente conta fortemente com a colaboração do município.

1179           Esses seriam os mapas que vamos produzir, cruzamento de diversos tipos  
1180 de informação, fenômenos, parte física, biológica, parte humana para chegar  
1181 exatamente na questão dos riscos. Isso é uma arquitetura do sistema que já está  
1182 pré-desenhada, isso já é resultado do trabalho desse último mês desse grupo,  
1183 onde já está basicamente definida toda a arquitetura, toda a arquitetura de banco  
1184 de dados, onde vai ficar, o que vai ficar, a sala de situação, os radares e uma parte  
1185 grande disso aí nós já temos. Isso é importante de se entender. Vocês verão em  
1186 seguida. Esse é um mapa que mostra nosso radar meteorológico, naquele  
1187 pontinho central lá, aqueles raios são os raios de cobertura do radar. Estaremos  
1188 instalando novo radar agora nas proximidades de Cascavel e estamos articulados  
1189 com o Paraguai, o Paraguai está instalando um radar em Assumpção e estamos  
1190 articulados com São Paulo que tem um radar em Bauru e outro em Presidente  
1191 Prudente. Então, o Estado do Paraná será o Estado mais bem coberto de radar no  
1192 Brasil no futuro próximo. Quer dizer, já é só com esse radar aí, com os dois de  
1193 São Paulo já somos o Estado mais bem coberto, digamos assim, equivalente a  
1194 São Paulo. E pretendemos, neste nosso projeto tem a proposta de instalar um  
1195 radar no litoral, porque como a Serra do Mar nos impede enxergarmos bem as  
1196 chuvas do litoral, queremos instalar um radar menorzinho aqui no litoral e já está  
1197 nesse nosso projeto que estamos desenvolvendo com o Banco Mundial no  
1198 momento.

1199           Essa é a nossa rede pluviométrica no Estado do Paraná, temos uma das  
1200 redes mais densas do Brasil. Essa é a nossa rede fluviométrica que mede vazão e  
1201 rio e essa é a nossa rede sedimentométrica, mostrando que já temos um conjunto  
1202 muito grande que precisa ser melhor articulada. Aqui é para vocês terem uma  
1203 ideia que temos doze estações meteorológicas aqui na Serra do Mar, o que nos  
1204 permitiu ver bem aquele evento, o que faltou foi exatamente não ter um sistema  
1205 desse funcionando adequadamente ao ponto de podermos disparar efetivamente...  
1206 os alertas aconteceram, mas eles aconteceram... o que acontece com esses alertas  
1207 é que eles acontecem ainda num âmbito muito técnico e temos essa dificuldade  
1208 de fazermos a coisa chegar ao município. Então, tem uma coisa muito bacana que  
1209 vamos conseguir desenvolver agora.

1210           Eu trouxe só duas imagens do radar meteorológico para vocês verem.  
1211 Esse, por exemplo, são chuvas que estão vindo do Oeste para o Leste, então  
1212 temos ali embaixo a divisa com Santa Catarina, bem à direita o fundo da Baía de  
1213 Paranaguá. Então, vocês podem, por exemplo, o tipo de informação que o radar  
1214 mostra. Essa é a chuva que está acontecendo. Essa aqui trouxe propositadamente  
1215 uma chuva muito forte que estava caindo em cima de Guaratuba. Mesmo com a  
1216 Serra atrapalhando, quer dizer, na verdade a chuva que estava caindo era pior que



1217 aquela, porque o radar só está enxergando a chuva acima da visada da Serra do  
1218 Mar, das nuvens que estão para cima. As nuvens que estão para baixo, e em geral  
1219 tem nuvem para baixo gerando chuva, não estamos enxergando.

1220         Esse seria um modelo de sala de situação. Nesta sala de situação nossa  
1221 teremos Mineropar, Simepar, Instituto das Águas e Defesa Civil 24h por dia. Isso  
1222 é uma coisa que será muito legal. Depois, provavelmente, teremos outras salas,  
1223 por exemplo, a pessoa da Defesa Civil que está nesta sala, a partir do momento  
1224 que tem a probabilidade de acontecer um acidente, se articula imediatamente com  
1225 a Defesa Civil que, a partir da sua base, vai coordenar toda a operação no Estado.  
1226 Então, só para dar uma ideia para vocês de como estamos pensando.

1227         Essas são as atividades previstas, são diversas atividades de estudos,  
1228 complementações. Também atividades previstas e o prazo que estamos  
1229 imaginando. Na verdade este processo já está em andamento, isso que estamos  
1230 falando aqui já está acontecendo, já estamos emitindo boletim, o Simepar já  
1231 emite boletim de área para todo mundo, para a Defesa Civil. De certa forma já  
1232 estamos trabalhando de forma mais coordenada do que estávamos, mas  
1233 imaginamos que em 24 meses, se tudo correr bem, podemos estar com todos os  
1234 radares funcionando, inclusive do litoral - é óbvio que conto com a ajuda dos  
1235 nossos Secretários e também do Governador que está super empenhado com isso  
1236 e também dessa missão do Banco Mundial que escolheu esse como um dos  
1237 projetos prioritários no Estado do Paraná.

1238         Então, é isso. Desculpem-me em fazer uma apresentação tão rápida, mas  
1239 sei que todos estão cansados, mas acho que deu para dar uma ideia. Obrigado.  
1240 (Palmas).

1241         O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1242 Nazareno Iurk):- Agradeço ao Professor Gobbi e também, da mesma forma, se  
1243 alguém quiser fazer alguma pergunta fica disponível.

1244         O Sr. Conselheiro Wilson dos Santos (Prefeito do Antonina):- Você falou  
1245 que duas pessoas morreram, foi em Antonina. No dia 10 de março já havia  
1246 acontecido o desmoronamento em Antonina, o pessoal da Defesa Civil esteve lá,  
1247 e no dia 11 de março, por volta das 16h, a Defesa Civil foi chamada e nós  
1248 saímos, o Prefeito e nós, no Morro das Laranjeiras, fizeram uma rápida análise e  
1249 imediatamente mandaram o pessoal sair, naquela mesma hora, o pessoal evacuou  
1250 na hora, senão seriam em torno de 80 casas, seriam mais de 300 pessoas mortas.  
1251 Sabe por que morreu uma pessoa? Era para sair, mas ele: “Vou primeiro tomar  
1252 um cafezinho!”, nessa hora desmoronou.

1253         O Sr. Conselheiro Professor Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Talvez a minha  
1254 pressa tenha me feito ser injusto. Houve um trabalho sobre-humano da Defesa

1255 Civil e da Mineropar exatamente mostrando que essa ação é que é fundamental,  
1256 essa ação de prevenção.

1257 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1258 Nazareno Iurk):- Só que agora com o sistema ficará muito mais eficaz, vai  
1259 resultar em ações...

1260 O Sr. Conselheiro Professor. Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Muito mais.  
1261 Vamos para um patamar do que já tem de melhor, já temos talvez um dos  
1262 melhores patamares do Brasil. Temos recebido a ANA - Agência Nacional de  
1263 Água, entrou de parceiro porque ela ficou impressionada com o que temos aqui.  
1264 Acho que passamos por um patamar de primeiro nível do ponto de vista  
1265 internacional.

1266 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1267 Nazareno Iurk):- Com a palavra o Conselheiro Pedro Guimarães.

1268 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães (UNIHAP):- Professor, esse veredicto  
1269 da Comunidade Floresta que terão que se afastar de lá, realmente já foi analisada  
1270 toda a situação, haverá esse grupo de refugiado, eles terão de sair definitivamente  
1271 depois de quase século de permanência? O senhor acompanhou esse veredicto?

1272 O Sr. Conselheiro Professor Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Eu sei que a  
1273 Mineropar se debruçou em cima do tema e eu, até por acaso, quando estava  
1274 vindo para cá hoje, entrei lá e fui até a última ponte onde eu tive coragem de  
1275 passar com o meu carro, então realmente é muito impressionante o que vi ali  
1276 hoje. É muito impressionante. Eu acho que talvez, em função disso, eles tenham  
1277 feito, na minha avaliação, um laudo com bastante precaução, porque não é fácil  
1278 tomar uma decisão dessa. Eu acho que o assunto merece ser mais bem debatido,  
1279 mas acho também que não pode ficar em cima apenas de dois ou três técnicos a  
1280 responsabilidade de uma coisa de tamanha envergadura. Então, tenho a  
1281 impressão que não será a decisão final.

1282 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães (UNIHAP):- Estou fazendo essa  
1283 pergunta, porque de repente eles jogaram um ator bastante complicante que é o  
1284 Ministério Público. Então, lamento que isso aconteça, mas o senhor acha que  
1285 merece mais estudo?

1286 O Sr. Conselheiro Professor Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Do ponto de  
1287 vista operacional do dia a dia o Ramon está muito mais presente nessa discussão  
1288 que eu, porque estou na coordenação com o Jonel. O Ramon está no operacional  
1289 no dia a dia disso, então é o que você está colocando.

1290 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1291 Nazareno Iurk):- Nesta situação o princípio da precaução é muito importante, o  
1292 inverso seria uma irresponsabilidade.

1293 O Sr. Conselheiro Professor Eduardo Gobbi (SIMEPAR):- Com a minha  
1294 ida lá hoje eu pude perceber que talvez tenham alguns locais que, se bem  
1295 estrategicamente escolhidos, as pessoas poderiam morar nesses locais e as suas  
1296 atividades de agricultura acontecer onde já acontecem, tanto que já tem gente lá  
1297 plantando - eu já tirei fotos de gente lá plantando, mas é uma questão a ser  
1298 melhor discutida.

1299 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1300 Nazareno Iurk):- Com a palavra o Conselheiro Juliano.

1301 O Sr. Conselheiro Juliano V.V. Elias (Administração dos Portos de  
1302 Paranaguá e Antonina - APA):- Secretário, deixo como orientação, fui professor  
1303 antes de vir para o Porto durante sete anos, e essa é uma área minha de doutorado  
1304 que inclui a participação da Secretaria de Tecnologia, porque, apesar da  
1305 demonstração, sabemos que o nosso comparativo com o Brasil é bom, mas o  
1306 nosso comparativo fora daqui é muito ruim. Temos uma base de dados muito  
1307 fraca, precisamos ampliar essa base de dados, se compararmos eventos com a  
1308 cidade do mesmo tamanho de Curitiba, às vezes, ela tem dentro da cidade oito  
1309 radares A nossa rede chegando a quatro, cinco no Estado será muito boa com  
1310 certeza do que temos hoje, mas temos uma defasagem muito grande de cursos de  
1311 especialização, bolsas para pós-graduação, bolsa para mestrado e doutorado no  
1312 sentido que começamos a estudar os dados e fomentar muito mais pesquisa para  
1313 melhorar esse sistema, porque esse sistema será uma rotina matemática que terá  
1314 que fazer sempre uma verificação. Então, que se converse, tenho certeza que a  
1315 Secretaria de Tecnologia tem essa questão, mas que incorpore a academia nisso,  
1316 porque é muito importante a participação e fazer com que a academia tenha mais  
1317 programa nesse sentido.

1318 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1319 Nazareno Iurk):- Sem dúvida. Sua sugestão é muito bem recebida e vamos  
1320 também olhar sob esse prisma da capacitação e da pesquisa acadêmica.

1321 Agradeço, então, ao Professor Gobbi mais uma vez e passamos agora,  
1322 dando continuidade à nossa Ordem do Dia, à Tribuna Livre. Aconteceram duas  
1323 inscrições para a Tribuna Livre. O primeiro inscrito foi o Adalton e em seguida o  
1324 nosso Presidente da Câmara de Guaratuba, Paulo de Araújo.

1325 O Sr. Conselheiro Adalton Mendes Luders (Associações Comerciais do  
1326 Litoral):- Boa noite aos presentes, aos Secretários, na primeira visita desta  
1327 gestão, no dia 1º de junho, com o Sr. Marco Ziliotto, Secretário Executivo, estive  
1328 em Matinhos no visitando, foi recebido por uma comissão, não só pelo Prefeito,  
1329 mas por toda uma comissão e discutimos o Plano Diretor de Matinhos que está  
1330 para aprovação e da forma como está fica difícil para aprovar. Há um embate

1331 entre município e o Colit. Não vou entrar em discussão, bati muito no Colit ano  
1332 passado por questões se pode ou não, mas a discussão não é essa. Hoje o que  
1333 precisamos para o nosso município é a revisão do nosso Plano Diretor. Existe  
1334 uma abertura por parte do Colit, já foi criada uma comissão dentro do município,  
1335 estaremos encaminhando ao Colit um pedido para que esse Plano Diretor seja  
1336 devolvido ao município para que façamos uma revisão, pelo menos na Lei de  
1337 Zoneamento.

1338 Um breve histórico sobre esse Plano Diretor. Se não me engano foi feito  
1339 em parceria com a SEDU nosso Plano Diretor e como aconteceu? A SEDU  
1340 mandou uma proposta de Plano Diretor pronta ao nosso município, os  
1341 encaminhamentos feitos pelo nosso município foram feitos pela arquiteta Márcia  
1342 e o arquiteto Piazzetta. Eles fizeram todos os encaminhamentos, audiências  
1343 públicas, eu participei praticamente de todas e foram feitas inúmeras sugestões  
1344 nesse plano e nenhuma foi incorporada ao Plano. No final dos encaminhamentos  
1345 eles desengavetaram esse plano e mandaram para a Câmara para aprovação. Nos  
1346 assustamos na época com isso, a Associação Comercial da qual faço parte fez um  
1347 levante no município e apresentamos à Câmara uma série de emendas e a Câmara  
1348 acatou boa parte delas, menos do que pedimos, mas enfim conseguimos parte do  
1349 que precisávamos. O prefeito vetou essas emendas, o Plano Diretor voltou à  
1350 Câmara, os vereadores derrubaram o veto do prefeito e ao que consta o Prefeito  
1351 mandou ao Colit o Plano Diretor original, sem as emendas da Câmara que do  
1352 ponto de vista legal é um absurdo também.

1353 Mas o momento é de abertura, são novos integrantes dentro do Colit,  
1354 sentimos, com a conversa com o Marco, que é possível revermos essa situação e  
1355 trazer de volta ao município. Então, essa comissão do município de Matinhos  
1356 estará pedindo ao prefeito que encaminhe um ofício ao Colit para recuperar o  
1357 nosso Plano Diretor para que possamos fazer uma revisão.

1358 Vi o mapa de Guaratuba, vi a dificuldade que eles têm com os loteamentos  
1359 aprovados, Matinhos tem hoje muitos loteamentos aprovados e alguns há mais de  
1360 30 anos. Sabemos que têm lotes à beira de rio, mas são adequações pequenas que  
1361 precisam ser feitos nesses loteamentos para validá-los. No entanto, a proposta  
1362 que nos foi feita é que não se faria mais abertura nesses loteamentos aprovados e  
1363 também restringiu muito a questão do crescimento vertical do município. O  
1364 limite acho que é uma ou outra área são dez andares, mas é fora da parte  
1365 econômica, a cidade mais valorizada é Caiobá. Então, pretendemos encaminhar  
1366 junto, até estou citando aos Srs. Conselheiros para que façamos em conjunto com  
1367 o Colit esses encaminhamentos para que não chegue aqui no Conselho e seja  
1368 novamente reprovado.

1369 Então, nossa ideia é liberar Caiobá para o crescimento vertical, temos  
1370 Caiobá inteira com coleta de esgoto, hoje a cidade de Matinhos tem uma das  
1371 melhores estações de tratamento de esgoto do Paraná, demorou a ser feita mas é  
1372 excepcional a estrutura que temos lá. Entendemos que um prédio de 30 andares  
1373 afastado da praia não vai fazer sombra no mar como é o caso de Camboriu, a  
1374 questão do solo em não poder construir, a moça do IAP foi embora, mas do ponto  
1375 de vista da engenharia é ridículo, temos tecnologia para tudo hoje. Sabemos que  
1376 tem uma questão muito grave que é a questão da impermeabilização do solo, mas  
1377 hoje temos tecnologia. Então, o que vamos propor é um crescimento vertical,  
1378 mas sustentável. Para grandes empreendimentos que faça o tratamento de esgoto  
1379 já no próprio empreendimento, antes de soltar na rede pública, que se faça  
1380 cisterna nos grandes edifícios para a coleta de água, para aproveitamento da  
1381 coleta de água para não causar enchentes, essas coisas. Então, crescimento  
1382 sustentável o que o município precisa e com tecnologia. Então, a gente pretende  
1383 fazer isso com vocês junto com o Colit para que consigamos chegar e liberar os  
1384 loteamentos que a gente tem.

1385 A ideia hoje da Associação Comercial, como não temos a maior parte do  
1386 nosso município onde se pode fazer alguma coisa, não tem morro, porque o  
1387 morro já é o Parque Nacional que é o Saint-Hilaire. Temos uma extensa faixa até  
1388 a Praia de Leste, entorno de 10km, e vamos solicitar ao Colit que nos libere um  
1389 área de 2km de largura paralela ao mar para que possamos implantar novos  
1390 loteamentos nesses locais para atrair investimento. Se não aprovarmos isso, do  
1391 ponto de vista dos munícipes de Matinhos, é bater em chapa fria, por que o que  
1392 acontece? Se não fizermos o loteamento legalmente o pessoal vai invadir, como  
1393 já existem várias invasões, depois cresce desordenadamente, você não consegue  
1394 mais regularizar aquelas áreas e não consegue tirar o pessoal dali, nem a Justiça  
1395 não tira. O companheiro do IAP citou umas quatro casas no Parque Saint-Hilaire  
1396 que a Justiça mandou tirar e ninguém tira, os caras estão ali com o mandado da  
1397 juíza para sair há anos e não sai. Então, imaginem numa área de encosta que  
1398 corre risco de desabamento, o pessoal invadir áreas de APP's que precisam ser  
1399 remodeladas, modificados esses limítrofes, não vamos tirar nunca. São áreas que  
1400 não sofrem com enchentes, não sofrem com deslizamentos, não sofre com nada,  
1401 por que vai tirar? Então, realmente precisamos rever o Plano Diretor da cidade.

1402 Foi citada a questão da Tkinter. Hoje se a Tkinter se implantar em nosso  
1403 litoral os trabalhadores não terão onde morar, estão estimando nos próximos anos  
1404 cinco mil trabalhadores nas plataformas de Petróleo. Onde colocaremos esse  
1405 povo para morar se não podemos construir, porque Matinhos está toda tomada.  
1406 Até queria pedir permissão ao Conselho para trazer, na próxima reunião, uma

1407 apresentação de fotos do município de Matinhos para vocês verem. Onde é  
1408 permitido já está totalmente tomado, o resto é área verde passível de ser  
1409 regularizado, mas hoje com o atual Plano Diretor está impossibilitado. Então,  
1410 monta uma Tkinter, monta um aeroporto de carga, como o Prefeito Baka quer no  
1411 município de Paranaguá, precisa-se pôr esse povo para morar em algum lugar,  
1412 isso gera muita moradia, atrai muita gente para o município.

1413 Hoje temos no Paraná um grande atrativo turístico que é Foz do Iguaçu,  
1414 senão me engano é o segundo do país, e entendemos que o nosso litoral tem um  
1415 potencial turístico imenso. Em 1995, saiu uma matéria na Veja, quer tiver  
1416 oportunidade por entrar no site da Veja e verificar, falando sobre Caiobá, uma  
1417 matéria acho que de seis páginas. Caiobá, era em 1995, o segundo metro  
1418 quadrado mais caro do Brasil, só perdia para a Avenida Paulista em São Paulo.  
1419 Hoje Caiobá é mais barato que Curitiba, metade do preço, praticamente, do metro  
1420 quadrado de um imóvel bom de Curitiba. Em Caiobá hoje encontramos por dois  
1421 mil e quinhentos, três mil reais um apartamento novo, Curitiba seis mil reais,  
1422 Camboriu onze mil reais. O paranaense gasta hoje, estima-se em torno de um  
1423 bilhão de reais em ICMS no Estado de Santa Catarina. Boa parte desse ICMS era  
1424 depositado aqui em nosso litoral que, por falta de abandono total das últimas  
1425 gestões estaduais esse dinheiro acabou se evadindo do nosso Estado para Santa  
1426 Catarina. Então, Guaratuba, Matinhos e Pontal do Sul têm um potencial imenso  
1427 para atrair turista para cá, mas para isso precisamos deliberar áreas para resort's,  
1428 como existe no Nordeste, precisamos melhorar a nossa infraestrutura, permitir  
1429 que hotéis, pousadas se instalem aqui e para isso precisamos de áreas, só mato  
1430 não conseguimos construir nada. Se continuar dessa forma vai continuar  
1431 aumentando a evasão fiscal para Santa Catarina. Você pega pelo trânsito, são  
1432 quinze horas de fila para chegar em Camboriu e aqui no máximo em uma hora e  
1433 meia você está aqui embaixo em Matinhos.

1434 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1435 Nazareno Iurk):- Para finalizar, Conselheiro.

1436 O Sr. Conselheiro Adalton Mendes Luders (Associações Comerciais do  
1437 Litoral):- O outro assunto, Secretário, hoje temos uma demanda para Matinhos,  
1438 que está parado na SEDU, que é a questão da engorda da praia. Acompanhamos  
1439 essa engorda da praia nesse processo há quatro anos com o Governo passado,  
1440 foram feitas todas as audiências, foram feitos todos os encaminhamentos, temos  
1441 o RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental, aprovado, todos os projetos  
1442 aprovados e hoje só falta uma demanda do Governo do Estado básica que é a  
1443 autorização para a execução desse projeto. Se o Estado não fizer a contrapartida o  
1444 município se propôs a fazer a contrapartida acho que de nove milhões que estão

1445 faltando, mas precisamos fazer esse engordamento da praia ali. Essa última  
1446 ressaca que deu pegou as praias desprotegidas e deu mais uma estragada, uma  
1447 ressaca que aconteceu em abril de 2001 e até agora não foi feito nada. Para vocês  
1448 veem que passos andam o investimento e os olhos do Estado aqui para o nosso  
1449 litoral. Então, precisamos, não sei se o Secretário da SEDU está aqui, mas  
1450 precisamos desses encaminhamentos, deixar o lado político de lado, entendemos  
1451 que tem os aspectos políticos que envolvem essa situação, mas o eleitor de  
1452 Matinhos vai lembrar disso na urna. É a grande oportunidade do nosso  
1453 governador atual Beto Richa olhar para o nosso Estado e liberar, não falta nada,  
1454 já tem inclusive o dinheiro do Governo Federal que é do PAC I para fazer essa  
1455 obra. Obrigado. (Palmas).

1456 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1457 Nazareno Iurk):- Agradeço ao Conselheiro Adalton, fiz algumas anotações e  
1458 retransmitirei isso para o Secretário Cezar Silvestri a respeito da questão do  
1459 engordamento. Pois não.

1460 O Sr. Conselheiro Carlos Augusto Storer (Suplente SEDU):- Boa noite a  
1461 todos. Estou representante a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e  
1462 gostaria de fazer apenas um esclarecimento em relação à fala do Conselheiro de  
1463 Matinhos. A SEDU, em relação ao Plano Diretor de Matinhos, apenas foi a  
1464 relatora junto ao Colit. A parceria de Matinhos foi com o Governo do Estado, por  
1465 meio da Secretaria Executiva do Colit é que a atual versão do Plano Diretor do  
1466 município de Matinhos foi concretizada. Então, a SEDU apenas foi a relatora  
1467 desse plano, esse plano que ainda está em andamento, em tramitação para  
1468 aprovação provavelmente aí nas próximas reuniões.

1469 E em relação à questão do engordamento da praia, a exemplo do  
1470 Secretário Presidente, também levarei ao Secretário Cezar Silvestri a  
1471 reivindicação da comunidade de Matinhos em relação ao engordamento da praia.  
1472 Muito obrigado.

1473 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1474 Nazareno Iurk):- Na sequência e como último orador, com a palavra o Presidente  
1475 da Câmara, Sr. Paulo de Araújo.

1476 O Sr. Paulo de Araújo (Presidente da Câmara de Guaratuba):- Sr.  
1477 Secretário Iurk, fico muito prezado em recebê-lo aqui em Casa e mais prezado  
1478 ainda porque foi morador em nossa cidade e é primo do nosso querido (Godo)  
1479 Iurk e também do Vavá que foi campeão brasileiro, em 1985, pelo Coritiba. O  
1480 Marco também que nos recebeu na Secretaria quando um grupo de Vereadores e  
1481 o Secretário de Governo, Carlos, até guardei uma frase da oradora da Petrobras:  
1482 “Criar um ambiente favorável!” Acho que se criou um ambiente favorável, a

1483 partir do momento em que nos deslocamos até Curitiba, fomos recebidos pelo  
1484 Marco, pelo Secretário e tive também neste mês uma conversa com o  
1485 Governador Beto Richa, tem um carinho especial pelo litoral, vem do sangue  
1486 dele porque José Richa era apaixonado por Guaratuba e tenho certeza que vão  
1487 mover gestão para que o Conselho do Litoral seja um grande parceiro de  
1488 Guaratuba, porque o único objetivo é aprovar, é que seja aprovado, tanto a  
1489 Câmara quanto a prefeitura, que vai mover gestão para que os gargalos do  
1490 passado sejam corrigidos. O Plano Diretor passará de novo pela aprovação da  
1491 Câmara e tenho certeza que será votado sem problema nenhum, terá o referendo,  
1492 a aprovação do Conselho e Guaratuba vai andar a passos largos. Guaratuba usa,  
1493 como foi colocado ali nos slides pelo Variani, um pequeno espaço de terra que  
1494 podemos ocupar hoje e podemos ter o nosso crescimento. Não temos como  
1495 crescer na horizontal, mas temos como crescer na vertical. Então, com muita  
1496 consciência, com muita responsabilidade tenho certeza que esse ambiente que se  
1497 criou hoje aqui será favorável para que Guaratuba saia dessa novela que foi  
1498 aprovado em 2005 e até agora não se encontrou o caminho, mas acredito que  
1499 agora está em cima do trilho. Esta Casa está à disposição de vocês quando vocês  
1500 precisarem usar de nossa estrutura e muito obrigado. (Palmas).

1501 O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel  
1502 Nazareno Iurk):- Então, encerramos mais um dos itens e indago aos Conselheiros  
1503 se há mais alguma manifestação. Não havendo manifestações, agradeço mais  
1504 uma vez ao Presidente da Câmara de Guaratuba, Sr. Paulo, também à nossa  
1505 Prefeita Evani e a todos os Conselheiros que se deslocaram no dia de hoje. Eu  
1506 avalio que a nossa reunião foi de excelente qualidade e com muitos resultados  
1507 positivos, a todos que resistiram bravamente aqui no auditório até a essa hora,  
1508 dizer que me sinto feliz e com a sensação do dever cumprido. Muito obrigado a  
1509 todos e até a próxima reunião, se Deus quiser. (Palmas).